

Depois de assassinar general Suleimani

Trump ameaça destruir tesouros culturais do Irã

Marcelo Camargo - ABr



“Bolsonaro se afastou do combate à corrupção”, diz General Santos Cruz

O general Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo, avaliou que o primeiro ano da gestão de Bolsonaro foi uma “desilusão para muita gente”. Em entrevista à BBC Brasil, ele condenou o afastamento de Bolsonaro no combate à corrupção, bandeira eleitoral do candidato à Presidência em 2018, além de condenar o afastamento do presidente de outros compromissos de campanha. **Página 3**

HORA DO POVO
ANO XXX - Nº 3.739 8 e 9 de Janeiro de 2020

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

“Trump está apostando em tempos de barbárie”, denuncia professor Ildo

N a madrugada do dia 3, o líder popular e principal general iraniano, Qassem Suleimani, foi vítima de um atentado terrorista ordenado por Trump. O carro em que se encontrava e que saía do aeroporto de Bagdá foi atingido por um míssil norte-americano lançado por drone. Após perpetrar o atentado terrorista, Trump ameaçou destruir tesouros culturais iranianos. A bestialidade foi repelida pela Unesco, através do seu diretor Andrei Azolay. “Trump está apostando em tempos de barbárie”, resumiu o professor do IEE-USP Ildo Sauer. **Páginas 3, 6 e 7**

Irã: milhões no funeral do general morto por ação terrorista dos EUA

Site oficial do Aiatolá Khamenei



Entoando palavras de ordem contra a agressão norte-americana e levantando cartazes com a foto do general Qassem Suleimani, milhões de pessoas tomaram as ruas de Teerã para a despedida ao comandante militar do Irã assassinado por ordem de Trump. Bandeiras iranianas, libanesas e iraquianas, eram carregadas em meio à multidão que acompanhou o cortejo fúnebre. Para o sucessor de Suleimani, Esmail Qaani, a resposta será “expulsar os Estados Unidos da região”. **P. 7**

“Os EUA devem parar de abusar do uso da força”, adverte Pequim

“Os Estados Unidos devem parar de abusar do uso da força”, advertiu o ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, em pronunciamento após o ataque dos EUA que matou o general iraniano Suleimani. “Os arriscados movimentos militares dos Estados Unidos estão violando a lei internacional e piorando a situação no Oriente Médio”, disse. **Pág. 7**

Trump cometeu uma “ilegalidade monstruosa”, diz João Goulart

“O que aconteceu nesse assassinato do general Suleimani é de uma ilegalidade monstruosa, inclusive dentro dos parâmetros internacionais das Nações Unidas, violando inclusive a Constituição Americana, pois foi um ataque a uma autoridade constituída de um país integrante”, afirmou o ex-deputado João Vicente Goulart. **Página 3**

Musa do Veneno liberou o uso de 474 agrotóxicos novos em 2019

Na última sexta-feira do ano, o Ministério da Agricultura do governo Bolsonaro liberou mais 36 novos agrotóxicos para uso no Brasil, somando em 2019 mais 474 produtos tóxicos para uso no campo, o maior número liberado em toda a história do país. Do total de 2019, 26 dos pesticidas são inéditos (5,4%) e 448 são genéricos (94,5%). **Página 4**

Embraer paralisa produção e põe 16 mil funcionários em férias coletivas

Embraer colocou cerca de 16 mil trabalhadores de todas as unidades do país em férias coletivas. A decisão é consequência do processo de venda da Embraer para a Boeing. Cinco unidades do Vale do Paraíba e unidades em Sorocaba, Gavião Peixoto, Botucatu, Campinas, Belo Horizonte e Florianópolis terão sua produção totalmente paralisadas. **Pág. 5**

Bolsonaro reclama que os livros didáticos têm “um montão” de letras

Jair Bolsonaro disse na sexta-feira (3) que quer mudar os livros didáticos no Brasil, por considerar que eles têm “muita coisa escrita”. “Em 21, todos os livros serão nossos. Feitos por nós. Os pais vão vibrar. (...) Os livros hoje em dia, como regra, são um montão de amontoado de muita coisa escrita, tem que suavizar aquilo”, disse. Em sua cruzada pela ignorância, também afirmou que o “Colégio Pedro II acabou”. O Pedro II é considerado um dos melhores colégios do país e seus alunos acabaram de conquistar 11 medalhas na Olimpíada Internacional de matemática em Pequim. **Pág. 4**



38,8 milhões de brasileiros estão no trabalho informal

38,8 milhões de brasileiros estão no trabalho informal, aponta IBGE



41% dos trabalhadores sem carteira de trabalho ou vivendo de "bicos"

Queda nas exportações derruba saldo da balança. Pior resultado em 4 anos

A balança comercial brasileira fechou 2019 registrando o pior superávit desde 2015, quando o país enfrentava a maior recessão de sua história. Naquele ano, o saldo foi de US\$ 19,5 bilhões de dólares.

O Brasil teve um saldo de US\$ 46,7 bilhões, mas esse resultado ficou 19,6% abaixo do registrado em 2018 (US\$ 58 bilhões).

Os dados foram divulgados na quinta-feira (2/1) pela Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia.

No acumulado de 2019, as exportações brasileiras chegaram a US\$ 224,018 bilhões, 7,5% abaixo de 2018, quando totalizaram US\$ 239,264 bilhões. As importações em 2019 somaram US\$ 177,344 bilhões, com uma diminuição de 3,3% sobre os US\$ 181,231 bilhões de 2018.

A corrente de comércio (a soma das exportações com importações) foi de US\$ 401,363 bilhões, um recuo de 5,7% sobre os US\$ 420,495 bilhões do ano passado.

Segundo destacou o presidente da Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB), José Augusto de Castro, além da queda de 19,6% sobre o ano anterior, pela primeira vez na história recente, as exportações de produtos básicos passou da metade de tudo que é vendido pelo país. Foram exatos 52,8%.

Segundo o Ministério da Economia, o Brasil sentiu diretamente os impactos da crise Argentina, principal país comprador de manufaturados brasileiros, principalmente automóveis e autopeças. A crise da febre suína na China também afetou as exportações de soja para aquele país. Essa queda "nem de longe compensado pelo aumento das exportações de carne", diz representante do governo.

EXPORTAÇÕES

As exportações apresentaram diminuição nas vendas das três categorias de produtos: manufaturados (-11,1%), para US\$ 77,452 bilhões; semimanufaturados (-8%), para US\$ 28,378 bilhões; e básicos (-2%), para US\$ 118,180 bilhões. Nos manufaturados, além da retração em plataforma para extração de petróleo (-51,4%), destaca-se a diminuição das vendas de veículos de carga (-35,3%), automóveis de passageiros (-27,5%), laminados planos de ferro/aço (-22,8%), autopeças (-18,8%) e polímeros plásticos (-14,1%).

Já nos semimanufaturados, as maiores quedas ocorreram nas vendas de óleo de soja em bruto (-36,9%),

couros e peles (-21,3%), semimanufaturados de ferro/aço (-17,9%), açúcar em bruto (-17,1%), celulose (-10,3%) e madeira serrada ou fendida (-10,2%).

Nos produtos básicos, houve diminuição da receita de soja em grãos (-21,3%), minério de cobre (-15,7%), farelo de soja (-12,9%) e petróleo em bruto (-7,1%).

Os principais países de destino das exportações brasileiras em 2019 foram China, Estados Unidos, Países Baixos e Argentina.

IMPORTAÇÕES

No acumulado de janeiro a dezembro de 2019, quando comparado com igual período anterior, houve queda nas importações de bens de capital (-12,8%), bens de consumo (-4,5%) e combustíveis e lubrificantes (-7,3%). Por outro lado, cresceram as compras de bens intermediários (+0,4%).

Os principais países de origem das importações foram China, Estados Unidos e Argentina.

Ibope nega que fez pesquisa sobre aumento de 9,5% nas vendas do Natal

Em dezembro, diante da euforia provocada por setores da mídia e comentaristas sobre uma alta de 9,5% nas vendas do comércio no período do Natal, divulgada pela Associação Brasileira dos Lojistas de Shopping (Alshop), o Ibope divulgou nota oficial afirmando que não realizou pesquisa sobre vendas no Natal.

Segundo a Alshop, em seu site, a pesquisa teve a chancela do Ibope na apuração dos dados.

"O IBOPE Inteligência esclarece que não realizou pesquisa sobre o crescimento das vendas em shoppings durante o período de Natal", diz a nota divulgada pelo instituto de pesquisa.

A tentativa de alguns lojistas forjarem uma "recuperação" nas vendas do comércio recebeu uma forte reação de outros muitos lojistas.

A alta de 9,5% nas vendas foi "contestada e repudiada" pela Associação Brasileira dos Lojistas Satélites (Ablos), que pretende entrar na Justiça contra os números mentirosos.

"A pesquisa da Alshop é falsa, é fake news. Ela está gerando desconforto

e revolta entre os lojistas", disse o presidente da Associação Brasileira dos Lojistas Satélites (Ablos), Tito Bessa, sobre os dados apresentados pela Alshop.

"Nós nos preparamos para termos um Natal melhor do que nos anos anteriores, mas isso não aconteceu, infelizmente", declarou Tito Bessa, disse ao Estadão.

A associação, que representa lojistas de comércios chamados satélites – que se instalam nos centros de varejo em espaços com até 180 metros quadrados – não tem pesquisa própria, mas apurou através de sondagem que 70% de seus associados acham que as vendas de Natal foram iguais ou piores que em 2018, o que refuta e nega categoricamente o otimismo apresentado pela associação das grandes lojas, a Alshop.

Com o peso de quem representa a maioria dos lojistas, Bessa afirma: "é uma mentira. Estamos desconfiados de que foi manipulação com alguma segunda intenção. Não tem 9% de melhora. Pode ter acontecido pontualmente com alguém, mas falar que

o varejo cresceu 9,5% é uma mentira", diz o empresário, para quem 2019 foi um ano perdido.

A entidade dirigida por Bessa tem 100 associados entre eles TNG, Barred's e M. Officer (vestuário), Doctor Feet (serviços), Casa do Pão de Queijo (alimentação) e SideWalk (calçados), e responde por 60% das lojas dos shoppings no País.

"Não sei de onde eles tiraram esse número, tenho conversado com vários lojistas e os mesmos disseram que tiveram queda", afirma Angelo Campos, diretor da MOB.

"A gente teve uma queda de 2% e eles estão falando que o mercado em geral cresceu 9%. Não é real isso", disse Fernando Kherlakian, diretor da rede Khelf, à Folha de São Paulo.

AÇÃO NA JUSTIÇA

Tinho Azambuja, fundador da SideWalk, também contesta o dado da Alshop. "No dia 2 vou enviar notificação extrajudicial, particular da SideWalk, pedindo explicações sobre esses números. Eu quero saber de onde veio esse número totalmente irreal", diz.



Oreiro é economista e professor da UnB "Mais 8 reais no salário mínimo não compra nem carne de 2ª", diz Oreiro

Para o professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) José Luís Oreiro, o reajuste de R\$ 8 sobre o valor do salário mínimo aprovado pelo Congresso Nacional para 2020 "não dá para comprar um quilo de carne de segunda".

No final do ano passado (31), Bolsonaro editou uma medida provisória (MP 916/19) que estipulou mais R\$ 8 no valor do salário mínimo de R\$ 1.031, previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020. Segundo o governo, o reajuste foi para compensar a alta no preço da carne.

"Anteriormente, o governo projetou o salário mínimo de R\$ 1.031 por mês para 2020. A recente alta do preço da carne pressionou a inflação e, assim, gerou uma expectativa de INPC mais alto, o que está refletido no salário mínimo de 2020. Mas como o valor anunciado ficou acima do patamar anteriormente estimado, será necessária a realização de ajustes orçamentários posteriores, a fim de não comprometer o cumprimento da meta de resultado primário e do teto de gastos definido pela Emenda Constitucional nº 95", informou o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, através de nota. A MP já está em vigor imediatamente, mas depende de confirmação da Câmara dos Deputados e do Senado.

O economista José Oreiro destaca que o reajuste é incipiente e que o impacto no bolso dos mais pobres será pequeno, assim como nas contas públicas. "São R\$ 8 a mais. Não dá para comprar um quilo de carne de segunda", observou o professor, afirmando ainda que o critério de valorização já foi "mais justo, mas, com Temer e Bolsonaro, houve uma interrupção do reajuste real", lembrou Oreiro.

Em 2019, as exportações de carne bovina dispararam e faltou carne para o brasileiro. Os preços também dispararam no mercado interno e junto a inflação. Já Bolsonaro lavou as mãos e desejou a todos um Feliz Natal, sem carne.

Governo tira R\$ 600 mi do Sebrae para torrar em NY

A Medida Provisória nº 907, editada por Bolsonaro no dia 27 de novembro, que retira 600 milhões de reais do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), é um tiro mortal na entidade, segundo Valdir Oliveira, Superintendente do Sebrae-DF.

"Nossa expectativa é que o Congresso não aceite isso. Se aceitar, significará um prejuízo enorme para as micro e pequenas empresas. Essa MP prega que é mais importante ter uma loja na Champs-Élysées (em Paris) e na 5ª Avenida (em Nova York) do que apoiar nosso pequeno empreendedor, que está numa luta danada para gerar emprego e renda. Isso é uma inversão de valores", disse em entrevista a Samanta Salluma do site Congresso em Foco.

A MP que extinguiu a Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) e criou a Agência Brasileira de Promoção In-

ternacional do Turismo previu um corte anual de 18,4% na entidade de fomento dos pequenos negócios em todo o país, que será desviado para a promoção do turismo no exterior.

"O governo, com a bandeira que vai alavancar o turismo e o desenvolvimento, dará um tiro mortal no indutor do desenvolvimento, que é o Sebrae. Eu não consigo compreender essa lógica. Eu não digo que não seja importante ter uma promoção do turismo no exterior. Tem que ter. Mas não pode desmontar a casa e convidar as pessoas para irem à sua casa. Quem fez essa MP não pensou nisso. Então, que procure outra fonte de recursos para poder ir atrás disso aí, mas não a fonte de recursos do Sebrae", disse.

Leia a matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/governo-tira-600-milhoes-do-sebrae-para-gastar-em-nova-iorque/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP: 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 1400 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

que 2019 foi um ano marcado pelo aumento da informalidade, com trabalho de baixa qualidade, sintoma da crise que empurra quem precisa trabalhar para atividades que não lhes garantem direitos, estabilidade ou salários dignos.

Somados trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada, a população informal de 38,8 milhões de pessoas supera o número total de trabalhadores com carteira assinada, de 33,4 milhões.

Segundo assinalou a especialista Adriana, "a carteira assinada teve a primeira alta estatística significativa desde maio de 2014". Das 378 mil vagas criadas com carteira no trimestre terminado em novembro, "240 mil vêm do comércio". "Os grandes valores ocupados, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad-Contínua).

A taxa de informalidade atingiu 41,1%. São trabalhadores sem carteira assinada, vivendo de "bicos", trabalhando menos horas do que gostariam ou poderiam trabalhar e sem qualquer direito trabalhista.

Segundo o IBGE, a queda de 0,7% na taxa de desocupação, provocada pelo aumento da informalidade, ficou em 11,2%, mas "não é suficiente para uma mudança na estrutura do mercado de trabalho".

"A despeito dessa reação, durante todo o ano houve crescimento nas categorias relacionadas à informalidade, como conta própria e empregado sem carteira", afirmou Adriana Beringuy, gerente da pesquisa, ao divulgar os dados da Pnad.

Uma "reação" muito insignificante para o universo de 11,863 milhões de brasileiros desempregados no trimestre encerrado em novembro.

"A população desocupada (11,9 milhões de pessoas) teve redução em ambas as comparações: -5,6% (ou 702 mil pessoas a menos) em relação ao trimestre móvel anterior e -2,5% (300 mil pessoas a menos) em relação ao mesmo trimestre de 2018", diz o IBGE.

Os dados absolutos revelados pela Pnad mostram

que reforça que o resultado de novembro não é estrutural e não representa uma retomada do mercado de trabalho. Houve uma concentração de criação de vagas no comércio, explicada pela sazonalidade das festas de final de ano.

"Achamos que está relacionado às datas comemorativas como Black Friday e a antecipação de compras de final de ano", disse Adriana.

Segundo a pesquisa, as vagas temporárias abertas no comércio contribuíram para a pequena queda na taxa de ocupação (1,8%, ou 338 mil postos). No setor de alojamento e alimentação, também animado pelas férias, houve acréscimo de 204 mil postos.

Já a indústria geral e a agricultura não criaram nenhuma vaga no período, ao contrário, fecharam vagas.

Para fins de cálculo da taxa de informalidade, o IBGE considerou as seguintes categorias: Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada; Empregado doméstico sem carteira de trabalho assinada; Empregador sem registro no CNPJ; Trabalhador por conta própria sem registro no CNPJ; Trabalhador familiar auxiliar.

Preços dos combustíveis dispararam com Bolsonaro

Embora os preços dos combustíveis tenham causado uma crise nacional em maio do ano passado – culminando com a greve dos caminhoneiros que paralisou o país por duas semanas – o governo insiste em manter os preços dos combustíveis alinhados aos preços internacionais, em desmontar a Petrobrás e vender as refinarias, trazendo sérios prejuízos à economia nacional e ao bolso dos brasileiros.

DIESEL: AUMENTO DE 8,7%

O litro do óleo diesel teve aumento de 8,7% no ano, passando de R\$ 3,451 em 2018 para R\$ 3,751 em 2019. Os seguidos reajustes nos preços do combustível desmarcaram o discurso do governo Bolsonaro de que seguraria os preços e de que tomaria medidas no início do ano em favor da reivindicação dos caminhoneiros.

Com o aumento do preço e as promessas não cumpridas, os caminhoneiros prometem novas mobilizações este ano.

GASOLINA 5% MAIS CARA

De acordo com o levantamento da ANP, a gasolina

ficou, em média, 4,85% mais cara nas bombas dos postos de combustíveis brasileiros no final do primeiro ano do governo Bolsonaro. O preço médio do litro do combustível subiu de R\$ 4,34 no fim de 2018 para R\$ 4,55 no final de 2019.

ETANOL: MAIOR AUMENTO DESDE 2015

O etanol sofreu o maior reajuste dentre os combustíveis, de 11,51% no ano, o maior aumento nas bombas desde 2015. O preço médio do litro vendido ao consumidor saltou de R\$ 2,83 no final do ano passado, para R\$ 3,15 no encerrar de 2019.

De acordo com o boletim Focus do Banco Central (BC), a inflação oficial do país deve fechar o ano em 4,04% – com grande contribuição da categoria de combustíveis.

Com o atentado terrorista com drone ordenado por Donald Trump que matou o general Qassem Soleimani, da Guarda Revolucionária do Irã, na quinta-feira (2/12) em Bagdá, no Iraque, aumentou a tensão no Oriente Médio e os preços do petróleo no mercado internacional já aumentaram 4%.

Bolsonaro adula Trump e apoia assassinato de general iraniano



Reprodução

Professor da USP e ex-diretor da Petrobrás

“Trump está apostando em tempos de barbárie”, denuncia Ildo Sauer

“Isso é um ato terrorista que atenta contra a diplomacia”, disse, sobre o assassinato do general Suleimani

O professor Ildo Sauer, do Instituto de Energia da USP e ex-diretor da Petrobrás, considera delicada a situação criada com o ataque norte-americano ocorrido na madrugada de sexta-feira (03) e que levou à morte do general iraniano, Qassem Suleimani. “Isso é um ato terrorista que atenta contra a diplomacia”, disse o professor da USP, em entrevista ao HP.

“Estão fazendo falta grandes estadistas que sabiam superar conflitos através da diplomacia. Foi assim nos momentos mais tensos vividos pela Humanidade, como foi a crise dos mísseis em Cuba e outras ocasiões. Mas, agora, grupos de pessoas desqualificadas subiram ao poder nos EUA, na Inglaterra e também no Brasil. E deles não se espera nada muito diferente do que está acontecendo”, avaliou Sauer.

“Tudo vai depender dos desdobramentos e da dimensão que tomar a resposta iraniana”, disse o professor. Para ele, a atuação da Rússia e da China será decisiva para impedir que o conflito tome proporções descontroladas. “A estabilidade do mundo estará nas mãos da China, da Rússia e de como vai reagir o Irã”, destacou o ex-diretor da Petrobrás.

As alterações de preços do barril de petróleo, observadas já na sexta-feira (03), após o assassinato do general iraniano, ordenado por Donald Trump – com variações que chegaram a quatro pontos percentuais – são, na opinião do especialista, “resultado apenas de especulação”.

“Não dá ainda como avaliar como os preços reagirão. Tudo vai depender de como o Irã vai se comportar”, observou.

“Caso o conflito provoque a obstrução da rota de petróleo pelo estreito de Ormuz, no Golfo Pérsico, aí sim a economia mundial poderá ser afetada pelos acontecimentos”, acrescentou o professor da USP.

“Também ficará na dependência da estrutura logística da Arábia Saudita. Se ela for atingida, poderá afetar a oferta de petróleo mundial”, afirmou.

Para o especialista da USP, “não há como prever em que sentido um conflito dessa magnitude poderá interferir na política interna dos EUA”. “Setores retrógrados e decadentes do capitalismo americano, que, por circunstâncias específicas, levaram à vitória uma figura como Trump, parecem estar se juntando aos falcões da guerra”, disse Ildo Sauer.

Para ele, “Trump, que tinha um comportamento contraditório, parece ter aderido à política agressiva desses setores”.

“Diferente da atitude tomada em relação à Coreia Popular, por exemplo, Trump vinha tendo um comportamento contraditório em relação ao Irã”, lembrou o especialista em energia. “A retirada dos EUA do acordo nuclear com o Irã, levou o país do Oriente Médio a se aproximar mais da China e Rússia”, avaliou.

Ildo Sauer lembrou que os EUA tinham tradicionalmente o Exército, os Fuzileiros Navais, a Guarda Nacional, a Marinha de Guerra e a Força Aérea e que, recentemente, teriam lançado mão de uma “sexta força”. A Força Espacial. Ao que parece, vão tentar, pelo espaço, impedir que a China assuma a hegemonia econômica mundial.

Em que pese todos esses esforços, na semana passada (27/11/2019) Irã, Rússia e China realizaram manobras militares conjuntas na região do Golfo Pérsico.

O comandante adjunto do Exército do Irã para Assuntos de Coordenação, Habibollah Sayyari, afirmou, na ocasião, que, após os exercícios, “não há necessidade de realização de qualquer tipo de missões de segurança marítima estrangeira ilegítima na região do Golfo Pérsico”.

“Demonstrar a autoridade marítima do Irã no norte do oceano Índico e apresentar a sua experiência a outras nações é um dos objetivos destes exercícios[...], assim como o reforço das relações internacionais entre Irã, Rússia e China e a busca de caminhos para futuros exercícios”, ressaltou Sayyari.

SÉRGIO CRUZ



Fotomontagem HP

Bolsonaro atacou memória do general para agradar Donald Trump

“Assassinato do general Suleimani é uma ilegalidade monstruosa”, diz João Goulart

O filho de Jango estará na Embaixada do Irã na segunda-feira (6) para prestar solidariedade ao país pela morte do comandante militar

O presidente do Instituto João Goulart, o ex-deputado João Vicente Goulart, estará na segunda-feira (06) na Embaixada da República do Irã, em Brasília, representando o PCdoB, para prestar solidariedade ao país pela morte do Comandante Militar, general Qassem Suleimani, assassinado com um míssil disparado por um drone, na madrugada do dia 3 de janeiro, em Bagdá, por ordem de Donald Trump.

“O que aconteceu nesse assassinato do General Suleimani é de uma ilegalidade monstruosa, inclusive dentro dos parâmetros internacionais das Nações Unidas, violando inclusive a Constituição Americana, pois foi um ataque a uma

autoridade constituída de um país integrante, e não a um terrorista internacional, procurado por vários países da ONU”, afirmou João Vicente.

O filho do ex-presidente João Goulart, o Jango, presidente eleito que foi derrubado por um golpe de estado orquestrado pelo governo dos Estados Unidos em 1964, enfatizou que o que ocorreu agora com o general iraniano foi um assassinato e uma violação das leis internacionais.

“Se trata de um assassinato, por ordem presidencial do próprio Trump, violando a soberania mundial”, destacou.

Ele lembrou que em 2011 esteve em Teerã

participando da Primeira Conferência Contra o Terrorismo. Na ocasião, João Vicente Goulart pronunciou um discurso que ficou registrado nos anais da conferência.

Na ocasião, João Vicente afirmou que o Brasil havia vivido “20 anos com o uso da tortura, do assassinato, do sequestro, das perseguições, do exílio, das prisões, da censura, da tirania e tantos outros malefícios implantados em muitos países da América Latina como consequência da política hegemônica de intervenção dos Estados Unidos desenvolvida depois da segunda guerra mundial”.

Integra do texto em www.horadopovo.com.br

Generais brasileiros defendem que país fique neutro na crise EUA-Irã

Os generais Maynard

Santa Rosa e Carlos Alberto dos Santos Cruz, ambos ex-integrantes do governo do presidente Jair Bolsonaro, defenderam, em entrevista ao site UOL, que o Brasil deve manter a neutralidade em relação ao conflito entre Estados Unidos e Irã.

“Qualquer posicionamento, nesse caso, fora da neutralidade e imparcialidade é falta de noção de consequência e irresponsabilidade”, escreveu Santos Cruz. O general Sérgio Etche-goyen também opinou nesta direção.

“Do ponto de vista estratégico, vejo o incidente como uma forma de os Estados Unidos voltarem a exercer protagonismo e a ocupar um espaço midiático na região, perdido para a Rússia e a China, após o revés sofrido na Síria e o fiasco político no Iraque”, afirmou May-

nard Santa Rosa.

Na opinião do general Santa Rosa “não há risco direto para o Brasil. Temos bom relacionamento com ambas as partes”. Ele minimizou a importância de qualquer alinhamento do Brasil neste momento.

“Esse alinhamento é mais um discurso do que uma prática”, avaliou.

“O efeito será global, pela desestabilização causada. Pode haver reflexos no preço do petróleo, afetando o interesse chinês. Pode refletir-se na Turquia, colocando Erdogan em cheque. Mas, favorece a Arábia Saudita e seus aliados sunitas”, acrescentou. Ele disse ainda que “a melhor estratégia deveria ser o silêncio”.

“O melhor termômetro para medir a crise será a posição de Putin. Até o momento, permanece enigmática”, apontou.

O general Santos Cruz divulgou texto onde diz

que “esse ataque dos Estados Unidos que matou o general Suleimani, sem dúvida deve gerar reações da parte iraniana, que não precisam necessariamente ser imediatas”. “As animosidades entre os dois países já são antigas e esse tipo de escalada de conflito sempre tem consequências ruins”, avaliou.

“Para o Brasil, as reações imediatas em bolsas de valores e preço do petróleo por exemplo, são absolutamente normais e possíveis de administração sem nenhum problema mais significativo. Normalmente essas alterações são passageiras e perfeitamente administráveis. Também não acredito que os dois países vão entrar numa guerra clássica de alta intensidade. A comunidade internacional toda está empenhada em solicitar cautela.

Integra do texto em www.horadopovo.com.br

Deputados do PCdoB protestam contra ataque de Trump a militar iraniano

Integrantes da bancada do PCdoB na Câmara Federal manifestaram sua preocupação com o agravamento da crise no Oriente Médio. Eles condenaram o ataque ordenado por Donald Trump na madrugada do dia 3 de janeiro que resultou na morte do general Qassem Suleimani, comandante militar iraniano.

“O ano de 2020 começa com a violência justificada como morte ‘preventiva’. É a velha receita americana de poder: provocar guerras”, afirmou a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), líder da Minoria na Câmara dos Deputados.

Já a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), disse que “o assassinato do

“MP de Bolsonaro é o maior presente de Natal para os grileiros”, diz procurador

Bolsonaro editou uma medida provisória (MP) permitindo que terras públicas griladas até o fim de 2018 sejam legalizadas.

Em 10 de dezembro, Bolsonaro editou a MP 910, que estende de 2011 para os

numero dois do Irã, Gal. Qassem Suleimani, vai se transformar numa grande e talvez irreparável dor de cabeça para o mentor do ataque, Donald Trump.

“Tensão à vista no Oriente Médio entre Washington e Teerã. Ou pior, tensão à vista no mundo”, disse ela.

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) condenou o ataque de Trump. “Acuado por um processo de impeachment e com a reeleição ameaçada, Trump busca reafirmação com o ataque que assassinou Suleimani. Já vimos esse filme e o final não é feliz. A agressão ao Irã deve ser condenada. 2020 começa com riscos à paz mundial, que precisa ser preservada”, disse o deputado.

“Uma crise internacio-

nal de imensa gravidade eclode, a repercussão política e econômica é imprevisível, mas Bolsonaro sequer consegue falar por telefone com seu ministro da Economia. Somos governados por amadores irresponsáveis”, acrescentou Orlando.

Para o deputado Márcio Jerry (PCdoB-MA), “o Presidente da República, Jair Bolsonaro diz candidamente em entrevista que ligou para seu ministro da fazenda e para o presidente da Petrobrás querendo tratar do aumento do preço dos combustíveis mas que eles não atenderam”. “Tá sem moral até com subordinados”, observou o parlamentar maranhense.

Com informações do Portal Vermelho

grileiros de todos os tempos”. “Nunca houve nada tão escandaloso, nada que fizesse tão jus ao mantra de que o crime compensa do que a MP 910”.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Apoio veio em entrevista à TV Band e em nota do Itamaraty. Bolsonaro disse que o general Suleimani “tinha uma vida pregressa voltada em grande parte para o terrorismo”

Jair Bolsonaro manifestou, em entrevista à TV Bandeirantes, na sexta-feira (03), o seu alinhamento automático ao atentado terrorista, ordenado por Donald Trump, que assassinou com drones, no aeroporto de Bagdá, o general Qassem Suleimani, comandante da força Quds do Corpo da Guarda Revolucionária do Irã.

O atentado foi condenado por vários países do mundo e, antes de Bolsonaro, só havia obtido o apoio do indiciado por corrupção, Benjamin Netanyahu, primeiro ministro de Israel.

Bolsonaro disse ao repórter que fez “uma análise da vida pregressa do general assassinado”. “Era uma pessoa que, segundo informações aqui, estaria envolvido no ataque a Amia – Associação Mutual Israelita Argentina -, aquela entidade judia que existia na Argentina”, explicou.

“Então, a vida pregressa dele era voltada em grande parte para o terrorismo”, disse Bolsonaro, ao justificar seu apoio ao atentado de Trump.

Ele só não foi mais efusivo no apoio ao assassinato cometido por Trump porque os militares exerceram uma forte pressão e impediram, em parte, que ele cometesse essa loucura. Não fosse a pressão da caserna, o mito e seu séquito de capachos estariam em verdadeiro frenesi com o atentado.

O general Suleimani é considerado um herói nacional do Irã e foi um dos principais responsáveis pela derrota militar do grupo terrorista Estado Islâmico, organização criminosa originalmente financiada pelos EUA, em sua cruzada terrorista contra o povo da Síria e contra o seu presidente, Bashar al-Assad.

A alegação, aventada por Bolsonaro, de que o general assassinado por Trump teria participado do atentado à entidade judaica argentina, ocorrido em 1994, no qual o Irã sempre negou qualquer participação, é uma mentira sustentada apenas na narrativa forjada pela CIA, pelo Pentágono e pelo serviço secreto israelense (Mossad).

Já o assassinato de uma autoridade política, como era o general Qassem Soleimani, o segundo homem do governo iraniano, com uma bomba atirada sobre o carro em que ele trafegava, é sim um atentado terrorista clássico. Um atentado que, segundo o ex-governador Ciro Gomes, violou qualquer regra do direito internacional.

E o atentado americano tem um agravante, o presidente Donald Trump assumiu, através do twitter, a autoria do assassinato.

Então, quando Bolsonaro diz que “nossa posição é se aliar a qualquer país do mundo no combate ao terrorismo”, como ele afirmou na entrevista, ele deveria, se fosse sério o que ele disse, se aliar ao Irã, vítima do terrorismo de Trump.

“Bolsonaro se afastou do combate à corrupção”, diz General Santos Cruz

O general Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo, avaliou que o primeiro ano da gestão de Bolsonaro foi uma “desilusão para muita gente”.

Em entrevista à BBC Brasil, ele criticou a atuação no combate à corrupção, bandeira eleitoral do candidato à Presidência em 2018, além de condenar o afastamento do presidente de outros compromissos de campanha.

“Houve algumas mudanças. A primeira delas: a reeleição. Ele dizia que não iria continuar com a reeleição etc., com quatro meses estava aberta a campanha de reeleição. Outra coisa: o combate à corrupção, que foi o carro-chefe, digamos assim, junto com o antipetismo, o combate à corrupção não ficou tão caracterizado e acho até que em alguns pontos se afastou, se afastou disso aí. E isso aí eu acho que trouxe desilusão para muita gente”, afirmou.

Ele apontou o enfraquecimento do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) – órgão que foi renomeado como Unidade de Inteligência Financeira (UIF), repassado ao controle do Banco Central e que teve sua atuação limitada após o STF atender um recurso de um dos filhos do presidente, o senador Flávio Bolsonaro (Sem partido-RJ), investigado –

Se houvesse alguma seriedade no que Bolsonaro falou nesta sexta-feira sobre combater o terrorismo, jamais ele poderia respaldar, como fez, a ação de Trump que acabara de confessar que ordenou a execução do bombardeio criminoso ao comboio do general iraniano.

Por isso é uma hipocrisia sem tamanho a sua afirmação de que “nós aqui no Brasil, a nossa posição é simples, tudo que pudermos fazer para combater o terrorismo, nós o faremos”.

Não só ele não está combatendo o terrorismo nenhum, como, ao contrário, ao não condenar o assassinato do general, está dando respaldo e justificando um ato criminoso que afronta todas as leis internacionais.

Com a atitude subserviente a Trump que caracteriza seu governo e seu círculo de assessores, Bolsonaro, na verdade, apoia o terrorismo e agride o país que sofreu o atentado terrorista. “Nós sabemos o que, em grande parte, o Irã representa para seus vizinhos e para o mundo”, disse ele.

Quem invadiu o Iraque, a Líbia e a Síria, matando milhares de pessoas, derrubando governos da região e roubando seu petróleo, foram as tropas dos EUA, mas Bolsonaro acha tudo isso normal e garante que quem incomoda os países vizinhos é o Irã.

A nota do Itamaraty, redigida pelo ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, não poderia ir em outra direção. Deu apoio e respaldo ao ato terrorista de Trump e silêncio sobre o assassinato do militar.

“Ao tomar conhecimento das ações conduzidas pelos EUA nos últimos dias no Iraque, o Governo brasileiro manifesta seu apoio à luta contra o flagelo do terrorismo e reitera que essa luta requer a cooperação de toda a comunidade internacional sem que se busque qualquer justificativa ou relativização para o terrorismo”, diz a nota.

Nenhuma palavra de crítica ao assassinato do general iraniano. Apenas insinuações cínicas de que as vítimas mereceram receber as bombas em suas cabeças.

“O terrorismo não pode ser considerado um problema restrito ao Oriente Médio e aos países desenvolvidos, e o Brasil não pode permanecer indiferente a essa ameaça, que afeta inclusive a América do Sul”, acrescenta Ernesto Araújo, quase se oferecendo para se alistar no Exército norte-americano.

Em não podendo se alistar, Araújo anunciou outras medidas de capachismo, de igual porte, ao governo dos EUA. “Diante dessa realidade, em 2019 o Brasil passou a participar em capacidade plena, e não mais apenas como observador, da Conferência Ministerial Hemisférica de Luta contra o Terrorismo, que terá nova sessão em 20 de janeiro em Bogotá”, conclui a nota.

junto com seu assessor Fabrício Queiroz – por desvio de verba do seu antigo gabinete de deputado estadual – como exemplo de medida que contribuiu para o enfraquecimento do combate à corrupção.

“O Coaf, quando foi para o Banco Central, muitos perceberam que ele trocou de nome e reduziu atividade”, disse. O general citou ainda nesta área as pressões sobre o diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo.

Santos Cruz também criticou a interferência da família Bolsonaro no governo. Para o general, além de não ser boa, essa influência familiar desmedida é uma coisa que a sociedade brasileira não aceita. “Ela votou no presidente Bolsonaro, ela não votou na família Bolsonaro”, observou.

“Na sociedade brasileira, a gente não gosta nem que parente se meta na vida particular da gente, muito menos num ambiente nacional. O presidente tem uma responsabilidade muito grande e todas essas interferências acabam trazendo desgaste para ele mesmo, eu acredito. É uma coisa que os assessores precisam alertar muitas vezes. São momentos até um pouco mais... não constrangedores, mas mais delicados para os assessores”, acrescentou.

Leia o texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

Podemos expulsa Feliciano por apoio a Bolsonaro e corrupção

O pastor e deputado federal Marco Feliciano (SP) foi expulso, na segunda-feira (6), do Podemos por “incompatibilidade política” e “infidelidade partidária”.

A executiva nacional do partido se reuniu e decidiu por expulsar o pastor por este ter declarado “apoio irrestrito” ao governo de Jair Bolsonaro, enquanto o partido se mantém independente e fazendo críticas ao governo.

Enquanto o Podemos lançava o senador Alvaro Dias (PR) nas eleições presidenciais de 2018, Feliciano declarou apoio a Bolsonaro.

Segundo a assessoria do partido, a expulsão se deu por “incompatibilidade política”, expressa no apoio do pastor ao governo de Jair Bolsonaro.

O processo de expulsão de Feliciano

começou na executiva estadual de São Paulo. Perdendo a votação, Feliciano recorreu à instância nacional do partido.

Na representação que originou a expulsão do deputado há uma série de acusações a ele, entre elas os gastos de R\$ 157 mil referentes a tratamento odontológico reembolsados pela Câmara, apoio irrestrito ao presidente Jair Bolsonaro, acusações de assédio sexual no gabinete, recebimento de propina, pagamento a funcionários fantasmas e até comentários ofensivos sobre o cantor e compositor Caetano Veloso.

“O parlamentar havia recorrido da decisão anterior, obtendo, por maioria, o afastamento das alegações de condutas inadequadas”, informou a legenda.

Bolsonaro reclama que os livros didáticos 'têm muita coisa escrita'

“Tem que suavizar aquilo”, afirmou o presidente em referência ao conteúdo dos livros. Ele também atacou o Colégio Pedro II que, segundo ele, “acabou”

Jair Bolsonaro disse na sexta-feira (3) que quer mudar os livros didáticos no Brasil, por considerar eles um “lixo” que têm “muita coisa escrita”. Segundo ele, é preciso “suavizar” o conteúdo.

“Tem livros que vamos ser obrigados a distribuir esse ano ainda levando-se em conta a sua feitura em anos anteriores. Tem que seguir a lei. Em 21, todos os livros serão nossos. Feitos por nós. Os pais vão vibrar. Vai estar lá a bandeira do Brasil na capa, vai ter lá o Hino Nacional. Os livros hoje em dia, como regra, é um amontoado... Muita coisa escrita, tem que suavizar aquilo”, disse Bolsonaro na saída do Palácio da Alvorada.

No Brasil, a compra de livros didáticos é feita pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) a cada quatro anos para todas as etapas de escolarização: educação infantil, anos iniciais do fundamental, anos finais do fundamental e ensino médio.

Em dezembro do ano passado, o governo Bolsonaro abriu um edital para aquisição de livros didáticos para o ensino médio em 2021. Serão adquiridos livros para trabalhar Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, além de livros de formação continuada, obras literárias e conteúdos de recursos digitais. O MEC não se pronunciou sobre a “suavização” dos livros didáticos.

Bolsonaro criticou novamente o educador Paulo Freire ao relacionar a ele o baixo resultado do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa).

“Falando em suavizar, estou vendo um cabeça branca ali, estudei na cartilha ‘Caminho Suave’. Você não esquece. Não esse lixo que, como regra, está aí. Essa ideologia de Paulo Freire. O cara ficou 10 anos e a garotada de 15 anos foi fazer a prova do Pisa e mais da metade não sabe fazer uma regra de três simples”, disse.

COLÉGIO PEDRO II

Em suas declarações, Bolsonaro referiu-se a uma das mais tradicionais instituições educacionais do país e que é administrada pelo governo federal. Segundo ele, os governos de esquerda “acabaram com o Colégio Dom Pedro II”.

Onome correto da instituição é “Colégio Pedro II”, que foi criado em 1837 por iniciativa do ministro interno do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Segundo ele, “plantaram militantes” no Colégio. “Chegou ao cúmulo de acabar com uma escola como o Colégio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro. Acabaram com o Pedro II. Menino de saia, MST lá dentro. E outras coisas mais que não quero falar aqui”, disse Bolsonaro.

O ataque ao CPEI foi repudiado por estudantes e professores na internet. O Colégio que é um dos melhores do país conquistou no fim do ano passado 11 medalhas na Olimpíada Internacional

de Matemática, realizada em Pequim, na China, em novembro de 2019.

Os estudantes chegaram no Brasil com uma medalha de ouro, três pratas, sete bronzes e sete menções honrosas. A competição contou com 1.100 atletas do Brasil, China, Austrália, Filipinas, Malásia e Bulgária, sendo 164 brasileiros de 11 estados, acompanhados de 60 professores.

A vitória dos estudantes, no entanto, não contou com apoio do governo de Bolsonaro, que não custeou o envio dos jovens para a competição.

Os alunos do CPEI só foram para a disputa graças à realização de uma “vaquinha”.

Vinícius Fernandes da Silva, professor do Colégio Pedro II, destacou o desempenho da instituição que, segundo Bolsonaro, “acabou”.

Em texto divulgado nas redes sociais, o professor ressalta que “o que parece não ter acabado é a falta de liturgia da presidência da República em relação a seus cidadãos, profissionais de imprensa e ao mundo. O que parece não ter acabado é a falta de respeito da presidência da República a professores, estudantes, pesquisadores, instituições de ensino, intelectuais vivos e falecidos respeitados nacionalmente e internacionalmente”.

Como professor efetivo e com dedicação exclusiva de uma das unidades (temos 11) da centenária instituição, me perguntei sobre as muitas interpretações que o verbo “acabar” pode suscitar. Cheguei a algumas conclusões e tomarei como referência somente o resultado do Campus Centro no ENEM 2018, porém somando as médias de todos os outros campus, o efeito seria praticamente idêntico.

O Colégio Pedro II ACABOU com uma média superior em redação em comparação a todas as escolas públicas e privadas do país (CPEI: 766,7; públicas: 488,9; privadas: 560,4).

O Colégio Pedro II ACABOU com uma média superior em ciências da natureza em comparação a todas as escolas públicas e privadas do país (CPEI: 672,7; públicas: 564,4; privadas: 626,2).

O Colégio Pedro II ACABOU com uma média superior em matemática em comparação a todas as escolas públicas e privadas do país (CPEI: 721,6; públicas: 532,6; privadas: 625,9).

O Colégio Pedro II ACABOU com uma média superior em linguagens em comparação a todas as escolas públicas e privadas do país (CPEI: 634,4; públicas: 524,4; privadas: 581,9).

O Colégio Pedro II ACABOU como campeão (centenas de medalhas de ouro, prata e bronze) em Olimpíadas nacionais e internacionais de Matemática, Química, Neurociência, entre outras disciplinas, no ano de 2019.

O Colégio Pedro II ACABOU como campeão (centenas de medalhas de ouro, prata e bronze) em Olimpíadas nacionais e internacionais de Matemática, Química, Neurociência, entre outras disciplinas, no ano de 2019.

Musa do Veneno bate recorde de agrotóxicos: 474 produtos em 2019

O Ministério da Agricultura do governo Bolsonaro liberou, em 27 de dezembro de 2019, mais 36 novos agrotóxicos para uso no Brasil. Em 2019, foram registrados 474 produtos, o maior número liberado em toda a história do país.

Do total de 2019, 26 dos pesticidas são inéditos (5,4%) e 448 são genéricos (94,5%), ou seja, são “cópias” de princípios ativos inéditos – que podem ser feitas quando caem as patentes – ou produtos finais baseados em ingredientes já existentes no mercado. Um dos princípios ativos químicos novos foram o Dinotefuran, que é um inseticida considerado “extremamente tóxico” na classificação da Anvisa, reformulada neste ano, para o uso da indústria. O registro foi

divulgado em setembro e, no mês seguinte, saiu a liberação para produtos finais à base dele, que são classificados como “produto Improvável de causar dano agudo”, categoria 5 da Anvisa.

O ministério da chamada “Musa do Veneno”, a ruralista Tereza Cristina, afirma que a alta de registros em 2019 se deve a “medidas desburocratizantes” que aceleraram a fila de pedidos de registro. Para o órgão, a liberação dos novos produtos aumentou a produtividade do ministério, como da Anvisa e do Ibama – que também são responsáveis por analisar os pedidos. Segundo Tereza Cristina, a liberação acelerada ocorre para “modernizar” a produção agrícola brasileira.



Declarações foram dadas na saída do Palácio da Alvorada na última sexta



Ana Lúcia Niemeyer denuncia “ações oportunistas” de apropriação da obra de seu avô atribuindo ao arquiteto a autoria de projetos de terceiros

Fundação Niemeyer não reconhece autoria de projeto “Museu da Bíblia”

A Fundação Oscar Niemeyer, instituição que gerencia a obra do mais renomado arquiteto brasileiro e que faleceu em 2012, negou a autoria do projeto do “Museu da Bíblia”, uma espécie de memorial que a bancada evangélica pretende construir no Eixo Monumental de Brasília.

Em carta encaminhada ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do Distrito Federal, a presidente da fundação, Ana Lúcia Niemeyer, aponta que após a morte do avô, “ações oportunistas de apropriação de sua obra e imagem têm sido questionadas e combatidas, incluindo iniciativas de atribuir a Niemeyer a autoria de projetos de terceiros”.

Segundo Ana Lúcia, “infelizmente essas práticas são frequentes, com objetivos de burlar a necessidade de licitações em obras públicas, realização de concursos e, em casos de propriedades particulares, obter a valorização de imóveis”.

A construção do Museu da Bíblia é uma reivindicação da Frente Parlamentar Evangélica da Câmara dos Deputados, que diz ter garantido R\$ 35 milhões em emendas parlamentares de 2020 para a concretização do prédio que teria capacidade para receber 53 mil pessoas e com um custo total estimado em R\$ 63 milhões.

Contou também com a concordância do Governo do Distrito Federal (GDF), que cedeu a área de 15 mil metros quadrados para a construção e contrato, sem licitação, o Instituto Niemeyer, presidido por Paulo Sérgio Niemeyer, que é bisneto do arquiteto, para a execução do projeto.

No dia 18 de dezembro, foi lançada a pedra fundamental da obra.

AUTORIA

A Fundação Niemeyer destacou que “o desenvolvimento e realização do projeto sem a anuência da Fundação Oscar Niemeyer se configura numa clara violação dos direitos autorais de Oscar Niemeyer, mas principalmente aos objetivos de preservação de sua imagem e de sua obra”.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do DF disse que “não reconhece a autoria do projeto apresentado nos meios de comunicação para o Museu da Bíblia como sendo de Oscar Niemeyer”.

“O projeto não pode ser divulgado por ninguém, muito menos por outro profissional arquiteto, como sendo de autoria ou coautoria de Oscar Niemeyer”, diz trecho da nota.

O conselho considera que “baseado em um rabisco que foi feito por Niemeyer, um arquiteto foi contratado para desenvolver um estudo baseado nas poucas linhas deixadas por ele, sete anos após sua morte”.

“O rascunho não conta com maiores informações sobre dimensões, proporções, cores, materiais, estruturas e soluções técnicas”, destaca o CAU.

E afirma ainda que não foi feito o registro de responsabilidade técnica sobre o projeto – um tipo de

certificado de garantia da obra.

“Os desenhos apresentados suscitam uma série de questionamentos: Quem será o autor legal da obra? É possível emitir um Registro de Responsabilidade Técnica de um projeto cujo autor é falecido? A resposta é não”.

“Esperamos que a autoria do Museu da Bíblia, atribuída a Oscar Niemeyer, possa ser comprovada legalmente, caso contrário o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal deverá salvaguardar a produção de tão importante arquiteto e, com isso, resguardar a sociedade brasileira de informações incorretas e que prejudicam enormemente a nossa cultura e o acervo do mais importante arquiteto que este país já teve”, pontua o Conselho.

INTERPRETAÇÃO

Ao defender o projeto que pretende construir Paulo Sérgio Niemeyer diz que, apesar de tratar-se de “uma interpretação”, o projeto é original.

“Foi feita uma interpretação da arquitetura como se fosse na antropologia. Pesquisamos o estudo até chegar à conclusão do que ele queria dizer com o projeto. O projeto é original”, disse em entrevista à TV Globo.



Rascunho apresentado para atribuir o projeto do Museu da Bíblia ao arquiteto Niemeyer



Protesto na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em junho de 2019

MP de Bolsonaro desrespeita Congresso e abre espaço para intervenção nas universidades

A Medida Provisória 914 assinada por Bolsonaro na véspera de Natal estabelece novas normas para a escolha de reitores em universidades e institutos federais e no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, foi alvo de repúdio da comunidade acadêmica e de parlamentares.

Apenas em 2020, Bolsonaro deverá encaminhar a nomeação de 24 dirigentes de universidades federais e nove de institutos federais de ensino. Com a MP, o governo pretende interferir nas instituições que se posicionaram contra os ataques bolsonaristas e os cortes na Educação realizados em 2019.

Dentre os principais absurdos da MP, está a possibilidade do Ministério da Educação (MEC) nomear reitores pró-tempore caso não concorde com o processo eleitoral realizado nas instituições. O texto abre caminho para a nomeação de interventores nas universidades federais.

A MP permite que o MEC intervenha nas universidades “na vacância simultânea dos cargos de reitor e vice-reitor; e na impossibilidade de homologação do resultado da votação em razão de irregularidades verificadas no processo de consulta”.

Para o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), “esse tipo de intervenção, ressaltamos, está em curso na Universidade Federal da Grande Dourados e no CEFET-RJ e poderá ampliar-se, bastando para isso que haja judicialização do processo de escolha de reitor(a)”.

SEM URGÊNCIA

A Universidade de Brasília (UnB) destacou em nota que “causa estranhamento o uso desse tipo de dispositivo para um tema que não é urgente”.

A UnB destaca ainda que a regulamentação da autonomia universitária já vem sendo objeto de trabalho adiantado na Câmara dos Deputados, por comissões designadas pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM), as quais têm buscado diálogo com reitores e com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Para a entidade que congrega os institutos federais de ensino, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), a MP é um retrocesso à democracia e um ataque à autonomia universitária.

DESRESPEITO AO PARLAMENTO

A coordenadora da Frente Parlamentar Mista pela Valorização das Universidades Federais, a deputada Margarida Salomão (PT-MG) afirmou que vai oficializar o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para que a MP seja devolvida e não seja apreciada, “em função da ausência de motivos que justifiquem o uso do instrumento neste caso”. Ela também pretende acionar o Supremo Tribunal Federal (STF).

“Em plena véspera do Natal e durante o recesso parlamentar, o governo Bolsonaro editou Medida Provisória que afronta de forma gravíssima a autonomia universitária, ao mudar profundamente o processo de escolha dos reitores das instituições de educação superior. É uma medida grave, adotada de forma antidemocrática e sem nenhum debate com o setor”, publicou em suas redes sociais.

Segundo a deputada, a “iniciativa é imprópria, inadequada, autoritária e, especialmente, inconstitucional. E, além de tudo, um desrespeito à tradição de quase 30 anos que tem resultado, com efeito, na escolha de dirigentes qualificados, fato comprovado pelos excelentes índices de desempenho das universidades, e pelo reconhecimento internacional alcançado. Caso o governo insista neste debate, que o faça da maneira adequada: através de projeto de lei”, disse Margarida.

A deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA) também defendeu que o Congresso devolva a MP que altera o formato de escolha de reitores de instituições federais de ensino.

“Uma forma autocrática, indesejável, que não tem qualquer relevância ou urgência para se caracterizar em forma de medida provisória. A comunidade universitária há muito resolveu os problemas de sua democracia e tem autonomia legal e constitucional para isso”, reagiu Alice em um vídeo publicado em suas redes sociais.

Para a parlamentar baiana, caso seja levada adiante, resultará em “mais um processo de convulsão interna na educação superior brasileira, já tão abalada pelos desastros de Weintraub. “É uma interferência indevida a autonomia dessas instituições. Por isso somos contra a MP e queremos devolvê-la”, afirma Alice.

O deputado Elias Vaz (PSB-GO) entrou com mandato de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal contra a MP 914. Para o deputado, a MP “representa uma afronta à autonomia universitária”.

O deputado federal Ivan Valente (SP), líder do PSOL na Câmara, também apresentou ofício a Davi Alcolumbre exigindo a imediata devolução da Medida Provisória 914. Para o PSOL a MP, “além de incidir em inconstitucionalidade por violação aos requisitos formais para edição de Medida Provisória, viola a autonomia universitária (art. 207 da Constituição Federal)”.

Embraer inicia férias coletivas às vésperas de venda para a Boeing



Funcionários temem por demissão em massa após processo de fusão



Ações na Justiça do Trabalho caíram 32% dois anos após reforma

Reforma trabalhista dificultou acesso de trabalhador à Justiça do Trabalho

Após dois anos da aprovação da reforma trabalhista, a quantidade de ações trabalhistas na Justiça do Trabalho reduziu 32%. Segundo dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST), entre janeiro e outubro de 2017, o Brasil possuía 2,2 milhões de ações em andamento. No mesmo período de 2019 foram 1,5 milhão.

O resultado revela não a redução de violações aos direitos trabalhistas, mas sim que os trabalhadores vêm desistindo de acionar a Justiça devido às dificuldades implementadas com a reforma.

A reforma trabalhista dificultou o acesso à Justiça do Trabalho porque estabeleceu como regra os chamados honorários de sucumbência, que obriga a parte vencida a pagar os honorários do advogado do vencedor. Assim, trabalhador corre o risco de ter que pagar por todo processo.

Segundo a advogada

Larissa Salgado, a tendência é que o número de ações continuem diminuindo, pois a reforma aumentou (ainda mais) os riscos do não reconhecimento do direito requisitado.

Para Danilo Cuccati, a desobrigação de homologação das demissões pelos sindicatos das categorias é outro ponto que provoca essa diminuição. Ele explica que “às vezes o trabalhador não sabe que teve direitos retirados, já que a homologação frente ao sindicato não é mais obrigatória. Então, questões que antes eram judicializadas não são mais, e o empregado sai sem saber que foi prejudicado.”

A precarização das relações de trabalho, regulamentada pela reforma como a terceirização, o trabalho intermitente, a flexibilização do intervalo para almoço, entre outras medidas, colaboram ainda mais para a diminuição dos processos.

“Se existem menos direitos trabalhistas, há menos possibilidades do trabalhador processar o empregador”, sustenta Cuccati.

Oito pontos da reforma ainda são questionados no Supremo Tribunal Federal (STF). O trabalho intermitente, o limite para indenização por dano moral e a correção de ações pela poupança estão na pauta para serem julgados no primeiro semestre de 2020.

Outros temas como adoção de jornada 12x36 por meio de acordo individual e dispensa de autorização sindical das demissões coletivas aguardam manifestação da Procuradoria-Geral da República.

A Medida Provisória (MP) 905 que estipula novas modalidades de contratação para jovens de 18 a 29 anos, cortando direitos do conjunto dos trabalhadores, também é alvo de judicialização.

Trabalho intermitente se expande em 70% em 2019

Em 2019 o trabalho intermitente (modalidade criada pela reforma trabalhista que contrata sem jornada fixa e com salário proporcional) cresceu 70%. Em novembro, 12% dos empregos com carteira assinada foram de trabalho intermitente.

A modalidade, em que o trabalhador fica à disposição do empregador e pode ser convocado para trabalhar apenas algumas vezes por semana ou por mês, foi criada a partir da reforma trabalhista, em 2017.

No primeiro ano após a reforma, foram criadas 47.729 vagas de trabalho nesta modalidade e, em 2019, na esteira do desemprego e precarização do trabalho cada vez mais estimulada e defendida pela equipe econômica do governo, saltou para 82.536 vagas.

Segundo reportagem do jornal O Globo, empresas de grande e médio porte já aderiram ao modelo,



Setores de varejo e fast food, como Buger King (foto), foram alguns dos que aderiram à medida

como as redes Renner, Magazine Luiza, Burger King e hotéis Hilton.

Embora a modalidade de contratação garanta salário e benefícios como férias e 13º, o trabalho intermitente é mais precário. Segundo especialistas, além de neste modelo o trabalhador ser obrigado a abrir mão de vários direitos, os benefícios acordados com o empregador ainda são

proporcionais aos dias trabalhados.

Ainda que garanta salário e benefícios como férias e 13º, o contrato por trabalho intermitente é mais precário do que o modelo convencional. Isso porque o trabalhador é obrigado a abrir mão de vários direitos. Mesmo os benefícios acordados com o empregador ainda são proporcionais aos dias trabalhados.

Medida irá atingir, a partir desse mês, todos os 16 mil funcionários da empresa

A partir desta segunda-feira (6) a Embraer coloca cerca de 16 mil trabalhadores de todas as unidades do país em férias coletivas.

A decisão faz parte de reestruturação interna da empresa no processo de venda de parte da Embraer para a Boeing.

As férias coletivas aumentam o temor de uma demissão em massa após a venda, tanto dos trabalhadores que permanecerão na Embraer quanto daqueles que passarão para a multinacional norte-americana.

Com as férias coletivas, cinco unidades do Vale do Paraíba e unidades em Sorocaba, Gavião Peixoto, Botucatu, Campinas, Belo Horizonte e Florianópolis terão sua produção totalmente paralisadas.

No retorno das férias coletivas, além do receio das demissões, que já vêm ocorrendo - somente no final de dezembro

foram dispensados 300 trabalhadores -, outra mudança que preocupa os funcionários é que 2,5 mil empregados da unidade Faria Lima, a maior em São José dos Campos, serão transferidos para um novo endereço da empresa, no distrito de Eugênio de Melo. O local, que atualmente abriga 1,5 mil trabalhadores, vai passar a ter 4 mil.

Os funcionários da empresa já estão em recesso desde o fim de dezembro e devem voltar ao trabalho em 21 de janeiro.

Na negociação, a Boeing ficará com a área de aviação comercial da Embraer, que é considerada o “filet mignon” da fabricante brasileira. O setor é responsável por 70% do faturamento da empresa e por mais de 80% de seus lucros.

O negócio ainda depende da aprovação de órgãos como a Comissão Europeia e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Empresa demitiu cerca de 300 em dezembro, denuncia Sindicato

Cerca de cem funcionários da Embraer foram demitidos na última semana de dezembro, de acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP). A entidade denuncia que o processo de venda da Embraer já levou à demissão de 300 pessoas, apenas em dezembro.

O clima entre os funcionários da empresa já era de tensão com o anúncio de que, após a incorporação da Embraer pela Boeing, a empresa iniciaria férias coletivas para todos os empregados a partir do dia 23 de janeiro. Agora, com as demissões às vésperas do Natal, os funcionários temem pelos empregos e desmonte da empresa.

No último dia 19, os trabalhadores fizeram um

protesto contra as demissões em frente à fábrica, na entrada do primeiro turno, e atrasaram o início do trabalho em quase uma hora. O primeiro turno possui cerca de 2.500 funcionários.

“Os trabalhadores não merecem esse pacote de demissões no Natal. A manifestação foi, principalmente, para mostrar a insatisfação dos trabalhadores e expor a falta de compromisso da Embraer e da Boeing com a sociedade”, afirmou o diretor do sindicato Herbert Claros.

“Exigimos que o poder público se manifeste contra a entrega da Embraer, que representará para o país a perda de tecnologia, soberania e empregos”, salientou Hebert.

Guedes manobra para retirar representante de trabalhadores da gestão de fundos de pensão

O ministro da Economia Paulo Guedes articulou a aprovação de uma resolução para impedir a indicação de representantes dos trabalhadores para a diretoria-executiva do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), que administra os fundos de pensão de empresas como a Caixa e o Banco do Brasil.

Segundo a medida, publicada no dia 20 de dezembro, os gestores deverão ser escolhidos “mediante processo seletivo e qualificação técnica”. Mas, para os trabalhadores, a medida tem objetivo de colocar na gestão do conselho os amigos de Guedes do mercado financeiro.

O CNPC é responsável pela regulação das entidades fechadas de previdência complementar (EFPCs) e ligado diretamente ao Ministério da Economia. Participam da sua governança, representantes da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), da Casa Civil, das secretarias especiais de Fazenda e de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia; dos fundos de pensão, dos patrocinadores e instituidores e dos participantes e assistidos.

A medida acaba com as eleições dos diretores, o que, na prática, inviabiliza que representantes dos trabalhadores participem da diretoria-executiva.

O que acontece atualmente é que alguns diretores de fundos como o Previ (Banco do Brasil) ou Funcef (Caixa Econômica), entre outros, são indicados pelos trabalhadores das estatais.

“Não vamos aceitar de forma alguma que a gente perca a possibilidade de eleger os nossos representantes. Se o governo e as empresas quiserem escolher alguém do mercado, fiquem à vontade”, disse Cláudia Ricaldoni, representante dos trabalhadores na Anapar, Associação dos Participantes do CNPC.

Segundo ela, a medida é ilegal e será contestada pela entidade. “Vamos consultar os nossos advogados e chamar uma grande plenária para discutir o assunto no início de fevereiro. Depois, vamos fazer pressão sobre o Congresso e o Judiciário”, afirmou ao Valor Econômico.

“Temos certeza de que essa medida é ilegal. É subversão ao ordenamento jurídico mudar a lei por meio de resolução”, disse.

Ela informa que a tentativa de que a administração dos fundos seja feita por dirigentes oriundos do mercado já vinha sendo aventada pelo Ministério da Economia em reuniões do conselho.

Para Cláudia, a resolução é séria e parece configurar o “objetivo de retirar dos participantes o pouco controle que eles têm sobre a composição da diretoria, embora o dinheiro administrado seja nosso”. Em nota, o Ministério da Economia afirma que a escolha da diretoria continuará sendo feita “conforme definido em estatuto, reforçando apenas a importância de se ter um processo que assegure a qualificação técnica de todos os membros da diretoria, independentemente de serem indicados pelos participantes ou patrocinadores”.



Secretário Luiz Claudio de Carvalho Servidor não terá reposição em 2020, nem mesmo da inflação, diz governo do Rio

O secretário estadual de Fazenda do Rio de Janeiro, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, afirmou que não haverá reajuste para os servidores estaduais, nem, ao menos, a reposição da inflação.

O secretário afirmou que o arrocho nos salários dos servidores se dará porque a prioridade do governo, chefiado por Wilson Witzel (PSL), é pagar os empréstimos realizados com a União, com garantia da privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE). O “acordo” é parte do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) assinado pelo governo do Estado.

“Ainda não há no horizonte nenhuma expectativa de que isso aconteça (reajuste da inflação), principalmente porque temos que resolver duas questões no fim do ano de 2020: o pagamento de duas dívidas, que são o empréstimo que tem a Cedae como garantia e o serviço da dívida com a União. Não há hipótese de não pagar o empréstimo da Cedae no fim do ano. Esses dois pagamentos somados dão mais de R\$ 6 bilhões”, disse Luiz Claudio, em entrevista ao jornal carioca “Extra”.

“Em algum momento, a agenda relacionada ao servidor público vai chegar também”, disse o secretário. Enquanto isso os trabalhadores que se virem.

Questionado sobre os salários dos servidores da saúde, que enfrenta grave crise no estado, e não veem movimentos do governo para solucioná-la, o secretário admitiu que é “uma decisão política” do governador de não reajustar o pagamento. “Os recursos são finitos, não há recursos para tudo”, disse Luiz Claudio, demonstrando que saúde não é prioridade para Witzel.

“MP de Bolsonaro que taxa Seguro Desemprego será rejeitada”, afirma relator

A cobrança da taxa sobre o Seguro Desemprego de todos os desempregados, instituída pelo governo Bolsonaro, através da Medida Provisória (MP) nº 905/2019 - MP da carteira verde e amarela -, não deve passar no Congresso Nacional.

Essa é a opinião do deputado Federal Christino Aúreo (PP-RJ), relator da matéria na Câmara dos Deputados. Para ele, outras fontes devem ser buscadas.

“Nós acreditamos que esse é um ponto que tem muita dificuldade de ser aceito”, disse o relator. “Estamos trabalhando para buscar outras fontes orçamentárias”, acrescentou o deputado.

O objetivo do governo ao embolsar parte do Seguro Desemprego é favorecer os empregadores que aderirem ao programa de contratações sem direitos trabalhistas.

Os empregadores que adotarem o programa deixarão de pagar cerca de 34% em tributos, como a contribuição ao INSS de 20% do salário, e as alíquotas do Sistema S (Sebrae, Senai, Sesc, Sescop, Sest, Senat e Senar) e do salário-educação.

Para compensar o rombo de R\$ 10 bilhões provocado pelas isenções, o governo jogou o pagamento na costas do desempregado. Criou o imposto sobre o Seguro Desemprego, que taxa desempregados em 7,5% do seguro, e prevê com isso uma arrecadação de até R\$ 12 bilhões.

O assalto aos desempregados é para financiar um programa que vai precarizar ainda mais o emprego no Brasil. Poderão ser contratadas pessoas entre 18 e 29 anos, com salários de, no

máximo, um salário mínimo e meio (R\$ 1.497,00), com um valor menor de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando forem demitidos sem justa causa.

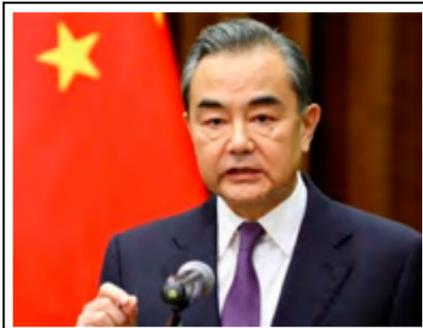
A MP da precarização ainda traz o fim do registro profissional de várias categorias, como jornalista, publicitário e radialista. Essas questões levaram a medida a receber o maior número de emendas da história do Parlamento, segundo o relator.

Foram quase duas mil emendas. “O próprio governo e as entidades que temos conversado, tanto patronais quanto de empregados, entendem que a MP é bastante polêmica, tanto que é a recordista de emendas na história do Congresso, com mais de 1.930 emendas. Estamos trabalhando esta semana e na primeira semana de janeiro nesse material, para ter uma atuação mais firme em fevereiro”, afirmou o deputado.

O fim do registro profissional de algumas categorias também deverá ser revisto. O relator entende que o Ministério da Economia quis dar mais autonomia às categorias ao abolir o registro, mas vê dificuldades para que isso ocorra em todos os casos.

Ele citou os jornalistas como um dos exemplos. “Uma categoria que já sofreu uma dificuldade maior por ter sido abolida a necessidade de uma formação universitária específica, a ausência do registro pode deixar a profissão num limbo que talvez não seja adequado. Esse é um ponto que vai ser, provavelmente, objeto de modificações na discussão da medida”, avaliou Christino.

Protesto contra o atentado de Trump ao Irã toma as ruas dos EUA



Chanceler da China, Wang Yi. (Xinhua)

“Os EUA devem parar de abusar do uso da força”, adverte Pequim

“Os Estados Unidos devem parar de abusar do uso da força”, disse o ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, em pronunciamento após o ataque dos EUA que matou o general iraniano Soleimani. Yi instou ainda Washington para que resolva os problemas através do diálogo.

“Os arriscados movimentos militares dos Estados Unidos estão violando a lei internacional e piorando a situação no Oriente Médio”, disse o chanceler chinês Wang Yi em uma conversa por telefone com seu colega iraniano, Mohamad Javad Zarif.

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Mohammad Javad Zarif, classificou os ataques dos EUA como “ato de terrorismo internacional” e alertou que essa ação “extremamente perigosa” terá consequências para os Estados Unidos.

O ministro de Relações Exteriores chinês, acrescentou que a China desempenhará um papel construtivo na manutenção da paz e segurança no Golfo Pérsico.

O general iraniano Qassem Soleimani morreu na noite de 2 de janeiro, quando vários veículos que levavam as forças armadas iranianas e outros comandantes de alto escalão da milícia Kataib Hezbollah estavam saindo do aeroporto de Bagdá. O ataque foi realizado a mando de Trump.

O presidente do Irã, Hassan Rohani, prometeu que Teerã e outras nações da região “vingarão o mártir de Soleimani”. O líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei, também afirmou que os “criminosos” que mataram o grande general devem aguardar uma forte vingança.

Depois de anunciar três dias de luto nacional pela morte de Soleimani, Khamenei nomeou o brigadeiro-general Esmail Ghaani como o novo comandante da Força Quds da Guarda Revolucionária do Irã.

Soleimani foi morto logo após Irã anunciar jazida de 53 bi de barris de petróleo

O assassinato do general iraniano Qassem Soleimani, assumido por Trump e perpetrado em território iraquiano ocorreu em meio a bloqueio e sanções ao país, também sob ordens de Trump e pouco mais de um mês depois do anúncio da descoberta de mais um campo petrolífero, que por suas dimensões, se coloca entre os maiores do mundo: reservas de 53 bilhões de barris.

No dia 10 de novembro, o presidente do Irã, Hassan Rouhani, anunciou que o país acabara de descobrir “um novo grande campo petrolífero” a sudoeste.

Segundo o anúncio, o campo fica localizado na província do Khuzistão e tem 2,4 mil quilômetros quadrados de área e 80 metros de profundidade.

“Os Estados Unidos devem saber que o Irã é um país rico e, apesar das sanções cruéis, os trabalhadores e engenheiros iranianos descobriram um novo campo petrolífero”, enfatizou em solenidade com a presença de engenheiros e trabalhadores do setor.

Sob o governo de Donald Trump, os EUA voltaram a impor sanções ao Irã, não só incluindo o setor de produção de petróleo, mas ameaçando com sanções todos os que viessem a comprá-lo dos iranianos.

Isso depois de haver deixado unilateralmente, em maio de 2018, o acordo nuclear assinado em 2015 pelo Irã e mais seis países, Alemanha, China, Estados Unidos, Rússia, França e Inglaterra.

Enquanto todos os demais países que firmaram o acordo, aconteceu depois de prolongadas negociações, se disseram

“consternados” e “preocupados” com a decisão unilateral e intempestiva, Trump perorou que a Casa Branca imporia “o mais alto nível de sanções econômicas”.

Antes das sanções impostas pelos Estados Unidos, o Irã se colocava entre os maiores países exportadores de petróleo do mundo com um volume de 2,5 milhões de barris diários.

Agora, como denuncia o professor Mamede Said, diretor da Faculdade de Direito da UNB, a agressão de Donald Trump “determinando a morte de um graduado líder militar iraniano e de outras pessoas em território do Iraque representou uma ação unilateral que, como disse a relatora da ONU para execuções extra-judiciais, Agnès Callamard, viola o direito internacional e não tem qualquer embasamento legal”.

Mais uma vez, surge a relação entre petróleo e intervenção hostil norte-americana atingindo países que adotam políticas soberanas e com capacidade produtiva de petróleo. Outros exemplos de agressão desumana e desastrosa são fartamente conhecidos, entre eles, a Líbia e o Iraque.

Aliás a respeito da gana por petróleo, Trump não poderia ser mais explícito. Em declaração de 2 de novembro de 2019, de referindo-se a permanência de tropas norte-americanas na Síria, mais precisamente na região petrolífera de Dir Ezzor, enfatizou: “Eu gosto de petróleo! Nós ficamos e mantivemos a guarda do petróleo”.



Norte-americanos marcham da Casa Branca ao Congresso em repúdio à guerra



A atriz Jane Fonda denuncia: “as guerras dos EUA estão ligadas à gana por petróleo”



Nos atos por todo o país cartazes exigem: “EUA fora do Iraque” e “Não à guerra ao Irã”



Destroços do veículo em que estava o general Suleimani, atingido por míssil em Bagdá

Ação de Donald Trump viola o direito internacional

MAMEDE SAID MAIA*

Em pleno século XXI, não é aceitável que um Estado civilizado lance mão da força bruta, promovendo o assassinato de líderes civis ou militares de qualquer outra nação a título de retaliação, ainda mais se o revide se der em um terceiro país. Por isso, a ação de Donald Trump determinando a morte de um graduado líder militar iraniano e de outras pessoas em território do Iraque representou uma ação unilateral que, como disse a relatora da ONU para execuções extra-judiciais, Agnès Callamard, viola o direito internacional e não tem qualquer embasamento legal.

Para a relatora da ONU, mortes premeditadas e o uso de drones ou outros meios para matar quase nunca são legais, pois, sob a ótica dos direitos humanos internacionais, o uso

de força letal só pode ser justificado quando não houver outro meio de proteção contra uma ameaça iminente à vida.

Dizer que a eliminação do general iraniano representa uma medida defensiva que protegerá os interesses norte-americanos é uma falácia. O ato, praticado à revelia da ONU, só irá incrementar o ódio e as hostilidades contra os EUA, tornando ainda mais vulnerável a segurança de cidadãos norte-americanos mundo afora, e em particular no Oriente Médio. Como disse a presidente da Câmara dos Deputados dos EUA, Nancy Pelosi, “não se pode aumentar o risco para a vida de militares, diplomatas e outros americanos, participando de ações provocativas e desproporcionais”. Pelosi condenou, ainda, o fato de o bombardeio ter se dado sem que Trump

consultasse o Congresso norte-americano ou tivesse autorização para o uso de força militar.

À consequência do ato tresloucado de Trump será a escalada da violência e dos conflitos que conflagram o Iraque e países vizinhos, tornando ainda mais frágil o equilíbrio de forças e a manutenção da paz a nível global. Detentor de grande poderio militar, o Irã com certeza retaliará os Estados Unidos, colocando em xeque a estabilidade mundial. Não há de se querer moderação dos aiatolá iranianos, como não há de se querer sensatez de Donald Trump, interessado em desviar a atenção dos problemas que cercam sua ameaça de impeachment e o desgaste que sofre em seu próprio país, às vésperas da disputa presidencial em que buscará a reeleição.

(* Diretor da Faculdade de Direito da UNB

“O assassinato de um líder central do Irã é direcionado a criar uma nova guerra, a menos que o povo dos EUA se levante e a impeça”, destacou a entidade antibelicista

“Os jovens deveriam saber que todas as guerras em que os Estados Unidos estiveram envolvidos desde que vocês nasceram foram em torno do petróleo”, denunciou a atriz e ativista norte-americana Jane Fonda em seu pronunciamento durante o protesto diante da Casa Branca contra o atentado de Trump que tirou a vida do principal general iraniano, Qassem Suleimani, em Bagdá.

Depois do ato na Casa Branca milhares de manifestantes se dirigiram ao Capitólio, sede do Congresso norte-americano.

Por todo o país, manifestantes ergueram cartazes com dizeres de “Não à Guerra ao Irã” e “Estados Unidos fora do Iraque”, “EUA fora do Iraque, Síria e Afeganistão”.

Jane Fonda declarou ainda que “as guerras sempre foram atrás de petróleo, matando pessoas no Oriente Médio, nos matando aqui. Temos que fazer com que isto tenha fim”.

Uma das organizações que convocaram as manifestações, Code Pink lembrou que a tensão não foi criada agora, mas é mais um passo do governo em direção ao confronto: “Nós acreditamos que a decisão irresponsável do governo Trump de sair do acordo nuclear de 2015 está na raiz da presente crise”.

Entre as demais organizações que convocaram os atos conjuntos, estavam ANSWER (Sigla de Aja Agora para Parar a Guerra e Acabar com o Racismo), Socialistas Democráticos da América, Veteranos Militares pela Paz e o Con-



Mike Fitzgerald, reservista da Força Aérea dos EUA, no ato em Saint Louis

selho Nacional Americano Iraquiano.

A líder da organização Code Pink, Medea Benjamin, considerou o conjunto dos 70 atos “com a participação de milhares de norte-americanos foi o maior ato contra a guerra nesta última década”.

Medea considerou uma farsa as justificativas de Trump, demonizando o general iraniano para justificar o seu ato ilegal, para ela, com a agressão “o governo já mostrou que queria a tensão desde que abandonou o acordo. Há uma indignação enorme, uma vez que Trump prometeu acabar com as guerras e aqui está ele nos mergulhando em novo abismo de guerra”.

Já a organização ANSWER destacou: “O assassinato por míssil de um líder central do Irã é direcionado a criar uma nova guerra. A menos que o povo dos Estados Unidos se levante e a impeça, esta guerra vai engolfar toda a região e pode rapidamente degenerar em um conflito internacional de dimensão imprevisível e com potencial de graves consequências”.

Parlamento do Iraque exige a saída das tropas americanas

O Parlamento iraquiano aprovou uma moção que exige a expulsão das tropas norte-americanas do país – o que já era uma forte tendência após os ataques dos EUA que mataram 25 iraquianos. Após o ato terrorista de Trump em Bagdá que resultou no assassinato do mais importante general iraniano, Qassem Soleimani, essa decisão tornou-se urgente e inevitável.

O próprio premiê iraquiano interino, Adil Abdelmahdi, defendeu essa opção como “a melhor para o Iraque”. A sessão no Parlamento, onde o bloco xiita é majoritário, se desenvolveu em um ambiente tenso, sob as ameaças de Washington. A resolução aprovada não tem caráter vinculativo [não obriga o executivo a aplicar a decisão] mas é uma forte derrota política para o governo Trump que quer manter tropas de ocupação no país. Com o apoio explícito do premiê Abdelmahdi, cabe agora ao Executivo iraquiano encaminhar a posição aprovada.

Em seu discurso no Parlamento antes da votação, o primeiro-ministro Abdelmahdi afirmou que o Iraque tem duas opções em cima da mesa: uma é exigir a retirada completa de tropas estrangeiras e a outra seria renegociar o acordo que rege sua presença. O premiê defendeu a primeira opção: “Apesar das dificuldades externas e internas que podemos enfrentar, é a melhor para o Iraque”.

Simultaneamente, o Ministério das Relações

Exteriores do Iraque apresentou uma queixa ao Conselho de Segurança das Nações Unidas pelo ataque dos EUA que resultou no assassinato de Qassem Soleimani, além do comandante das Forças de Mobilização Popular das milícias xiitas do Iraque, Abu Mahdi al Mohandes e oito outros soldados de ambos os países. A Chancelaria iraquiana exige que o órgão da ONU condene os ataques por presumir uma “violação perigosa da soberania do Iraque e das regras da presença dos EUA” no país.

Conforme informações da imprensa local, 170 deputados do bloco xiita – dos 329 disponíveis para o Parlamento iraquiano – assinaram a proposta, que diz: “O governo compromete-se a revogar seu pedido de assistência à coalizão que luta contra o Estado Islâmico, devido ao fim das operações no Iraque e à conquista da vitória”. E ainda afirma, conforme a Reuters: “O governo iraquiano deve trabalhar para acabar com a presença de todos os tipos de tropas estrangeiras em solo iraquiano; proibir-lhes o uso do território, do espaço aéreo e das águas territoriais”.

Com 5,2 mil soldados dos Estados Unidos ainda nas bases militares iraquianas, supostamente a “convite” do governo, a “decisão agora tomada forçaria as tropas a sair do país”, conclui meio a contragosto o arguto The New York Times.

S.SILVA

Unesco adverte Trump que bombardear patrimônio cultural é crime de guerra



Suleimani era o principal general do Irã

Atentado terrorista de Trump assassina o general iraniano Qassem Soleimani

Na madrugada do dia 3, o principal general iraniano, Qassem Soleimani, foi vítima de um atentado terrorista ordenado pelo chefe da Casa Branca, Donald Trump.

O general Soleimani morreu quando o carro em que se encontrava e que saía do aeroporto de Bagdá, onde o general acabara de chegar, foi atingido por um míssil norte-americano. Também morreu o comandante Abu Mehdi al Muhandis, líder da Força de Mobilização Popular, que ajudou o exército iraquiano no combate aos terroristas do Estado Islâmico no Iraque.

Soleimani, que nos últimos 22 anos comandou a força de elite iraniana, Guarda Revolucionária Quds, era considerado uma das personalidades mais eminentes do governo iraniano, tendo contribuído com o governo sírio no combate aos terroristas do Estado Islâmico e outros bandos que os EUA haviam financiado e treinado na tentativa frustrada de derrubar o governo legítimo e soberano de Bashar Al Assad.

O líder supremo iraniano, Ali Khamenei, alertou que uma "dura resposta é esperada" devido à morte de Soleimani a quem chamou de "a face internacional da resistência".

"O martírio de Soleimani fará o Irã mais decidido ainda a combater o expansionismo norte-americano e a defender nossos valores", afirmou o presidente Hassan Rouhani.

O ataque terrorista que partiu da Casa Branca não foi um ato isolado. Dias antes, a força que, no Iraque, havia ajudado a combater o Daesh (Estado Islâmico) foi atacada levando à morte de 25 de seus integrantes e mais de 50 feridos. A reação dos iraquianos foi um irado protesto que pela primeira vez ultrapassou os portões da fortificada embaixada dos Estados Unidos em Bagdá.

O ministro do Exterior do Irã, Mohammed Javad Zarif, denunciou a escalada norte-americana, "uma escalada extremamente perigosa e imprudente" e que Trump é responsável "por todas as consequências deste aventureirismo irresponsável".

O presidente do parlamento iraquiano, Mohammed al-Halbousi, declarou que o atentado foi "uma flagrante quebra da soberania iraquiana e uma violação de todos os acordos internacionais".

Quebra-pau na oposição deixa Assembleia da Venezuela com dois presidentes

Juntando votos de parte da oposição e de apoiadores do governo de Maduro, Luis Parra, ex-membro do partido Primeiro Justiça, assumiu a Presidência da Assembleia Nacional da Venezuela, no domingo, 5. Mas, Juan Guaidó, que até ali ocupava a direção do órgão, denunciou que não o deixaram entrar no edifício.

Ele desconheceu o procedimento e armou outra sessão paralela onde foi reeleito.

O último domingo terminou assim com a eleição de dois presidentes da AN, um desde a sede do Palácio Legislativo e outro desde a sede de um meio de comunicação de oposição ao governo, o jornal El Nacional. O racha da oposição, que vinha se aprofundando na Assembleia devido a acusações mútuas de corrupção, derivou em uma situação cujas consequências são ainda imprevisíveis.

Parra foi eleito com Franklin Duarte, do partido Copei na primeira vice-presidência, e José Gregorio Noriega (expulso do partido de Guaidó, Vontade Popular, sob acusações de aceitar subornos do governo) na segunda vice-presidência.

Parra também tem problemas com a justiça. Foi acusado em um escândalo de corrupção para beneficiar Alex Saab, um milionário colombiano

no a quem o governo de Maduro outorgou o contrato para a importação das caixas de comida CLAP, que são distribuídas à população, operação que, segundo denúncias, ficou viciada por superfaturamentos.

Depois desse episódio, o partido opositor Primeiro Justiça, ao qual pertencia, o excluiu de suas fileiras, e então rompeu com Guaidó, assegurando que ainda se mantém como adversário de Maduro, segundo a Agência Reuters.

A eleição se realizou sem a presença de Guaidó no Palácio Legislativo, o que esse setor da oposição denunciou como "um golpe de Estado parlamentar". Afirmam que a eleição não teve votos ou quórum necessários porque Juan Guaidó e os parlamentares contrários a Maduro foram impedidos de entrar na Assembleia Legislativa no momento do pleito.

O presidente eleito da AN, Luis Parra, disse que o deputado que presidia a Assembleia não quis entrar. "Ninguém impediu Juan Guaidó de entrar. Ele não entrou porque não tinha votos, por isso ficou fora do Palácio Legislativo Federal. Outros que tinham mandado de prisão entraram bravamente. Não vamos ficar viciados no passado e Guaidó é o passado", disse.

Ver matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br



Estátuas em alto relevo na milenar Persépolis, patrimônio cultural da humanidade

Multidões participam por todo o Irã do adeus ao general Suleimani

Entoando palavras de ordem contra a agressão norte-americana, uma maré humana levantando cartazes com o retrato do general Qassem Soleimani deu seu adeus nesta segunda-feira ao comandante militar do Irã assassinado covardemente por ordem de Trump na semana passada.

Carregando bandeiras iranianas, libanesas e iraquianas, milhões de pessoas tomaram as ruas da capital iraniana, se comprometeram a honrar a trajetória do comandante prosseguindo em seu combate ao terrorismo.

Próximo à Universidade de Teerã, capital iraniana, o aiatolá Khamenei fez uma oração em homenagem a Suleimani, o general mais admirado do país, do iraquiano Abu Mehdi al-Muhandis dirigente de uma milícia popular que participou dos embates com os fanáticos do Daesh (Estado Islâmico), além de outros quatro iranianos mortos no mesmo ataque na saída do Aeroporto



Iranianos prometem honrar história de Suleimani prosseguindo combate ao terrorismo

Internacional de Bagdá. Bastante emocionado, Khamenei esteve acompanhado do presidente Hassan Rohani; do presidente do Parlamento Ali Larijani; do chefe da Revolução, general Hossein Salami; e do chefe da Autoridade Judicial Ebrahim Raisi.

Para o novo comandante da Força Quds, Esmail Qaani, não há outra forma de honrar o exemplo e a trajetória do comandante assassinado senão resistindo à barbárie da agressão. "Seguiremos o caminho do mártir Suleimani com firmeza e resistência e a única compensação para

nós será expulsar os Estados Unidos da região", sublinhou.

Durante a homenagem, a filha do general, Zeinab Suleimani, assinalou que o martírio do pai "levará a um despertar no front da resistência aos Estados Unidos". "O ataque dos norte-americanos", assinalou a filha do general, "levará dias escuros aos Estados Unidos". Segundo ela, "o plano maligno do presidente Donald Trump de causar a separação entre o Iraque e o Irã falhou. Trump, louco, não pense que tudo está terminado com esse martírio de meu pai".

PC do Chile acionará governo Piñera por torturas, mutilações e detenções ilegais

O Partido Comunista do Chile entrará com uma ação na Corte Penal Internacional contra o presidente Sebastián Piñera responsabilizando-o pelas inúmeras violações dos direitos humanos cometidas desde o dia 18 de outubro, quando teve início o levante de milhões de pessoas que não aceitam a política neoliberal que aflige os chilenos desde a época da ditadura de Pinochet. "Não vamos permitir que se mantenha a impunidade", disse o presidente do PC, deputado Guillermo Teillier.

"Estamos estudando uma apresentação frente ao Tribunal Penal Internacional. Há uma equipe de juristas que a está preparando, e se espera que esteja pronta na próxima semana", declarou Teillier.

O partido enviará os relatórios preparados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACDH), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a Human Rights Watch (HRW) e a Anistia Internacional ao tribunal internacional, que tem sede em Haia, na Holanda.

As quatro organizações denunciaram que as forças de segurança chilenas cometeram graves violações dos direitos

humanos, como tortura, uso excessivo da força, detenções ilegais e agressões sexuais, durante a explosão da crise social que o país vem sofrendo desde meados de outubro.

A deputada Karol Cariola assinalou, na sexta-feira, 3, que "o presidente da República descumpriu as normas e as leis de nosso país, violando gravemente os direitos humanos. Os crimes de lesa humanidade se constituem nos descumprimentos, pelos Estados, das regras internacionais das quais nós mesmos fazemos parte, como por exemplo o Estatuto de Roma. Essa é a razão fundamental para levar adiante esta demanda, porque acreditamos que não pode ficar na impunidade".

E acrescentou que "cada semana que passa o presidente da República se faz mais responsável pelas violações aos direitos humanos que são cometidos em nosso país. A ocupação preventiva por centenas de carabineiros [a polícia chilena] da Praça da Dignidade de Santiago de Chile, e impedir o direito de reunião, que é um elemento básico de qualquer sistema democrático, também são um antecedente que se soma a estes elementos que vamos apresentar ante a Corte Penal Inter-

nacional".

O Colégio Médico do Chile informou, na sexta-feira, que já são 360 os casos de pessoas com lesões oculares, produto do lançamento de balas de chumbo e bombas lacrimogêneas no rosto dos manifestantes por parte das forças de segurança.

O repúdio ao aumento de 30 pesos (cerca de 20 centavos acima dos 4,8 reais em que estava) na passagem do metrô foi o estopim que desembocou numa radicalização do protesto contra o modelo econômico herdado da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990).

Mais de 2 milhões de aposentados sob o sistema imposto naquela época recebem em média 880 reais mensais (160 mil pesos), e gastam quase um terço só em remédios; a metade dos trabalhadores chilenos recebe em média 1930 reais (350 mil pesos) de salário mensal, com alugueis, transporte e custo de vida acima de qualquer possibilidade de, com esses recursos, ter uma vida minimamente digna. Por isso, as reivindicações que foram colocadas pelos manifestantes são abrangentes: pensões dignas, reduzir o preço dos medicamentos, aliviar o endividamento dos chilenos, salários decentes, custo de vida controlado, transporte público melhor, etc.

A Unesco reconhece no Irã 24 locais como patrimônio da humanidade e que "integram a universalidade que a comunidade internacional tem a obrigação de proteger"

A Unesco – a organização da ONU para a cultura – rechaçou a ameaça do presidente Donald Trump de bombardear o patrimônio histórico iraniano assinalando que tal ato é expressamente proibido pelos tratados de 1954 e 1972 de proteção dos sítios culturais.

A declaração foi feita pelo diretor-geral da Unesco, Audrey Azolay, em reunião com o embaixador iraniano Ahmad Jalali, na segunda-feira (6) em Genebra. Berço de civilizações, o Irã tem uma história milenar.

Por esses tratados, como salientou Azolay, os países signatários "se comprometem a não tomar medidas deliberadas que possam por em risco o patrimônio cultural e natural no território de outro Estado que forme parte das ditas convenções" em caso de conflitos. EUA e Irã são signatários, registrou.

Declaração que evidencia que aquilo que Trump ameaça cometer é crime de guerra - o que foi admitido até mesmo por jornais dos EUA, como o Washington Post.

São 24 os locais do Irã considerados protegidos pela Unesco, inclusive a antiga capital aquemênida de Persépolis, fundada em 518 AC, e marcos da era islâmica, como a grande mesquita de Isfahan.

Azolay enfatizou "a universalidade do patrimônio cultural e natural como vetores de paz e diálogo entre os povos, que a comunidade internacional tem o dever de proteger e preservar para as gerações futuras".

A ameaça de Trump foi feita no sábado, depois de ter assassinado em atentado o principal líder militar iraniano, Qassem Suleimani, e após declaração de Teerã que o crime não ficaria impune.

Segundo o doentio presidente dos EUA, se alvos norte-americanos fossem atingidos os EUA iriam "atacar 52 locais iranianos", alguns em "um nível muito alto de importância

para o Irã e a cultura iraniana". A escolha de 52 alvos seria em referência à crise dos reféns da Embaixada, durante a revolução de 1979.

No domingo, Trump repetiu a ameaça, sob a mentirosa alegação de que "[os iranianos] eles podem matar nossa gente, eles podem torturar e mutilar nossa gente, eles podem usar bombas na estrada e explodir nossa gente, e nós não temos permissão para tocar em seus locais culturais? – não é assim que funciona", asseverou explicitando a lógica de um psicopata.

Ao contrário do que insinuou Trump, o Irã não matou "nossa gente" - nem em território norte-americano nem no Iraque, o que foi feito pela resistência iraquiana à invasão dos EUA.

Até mesmo um dos seus mais servis aliados, o governo de Boris Johnson, se recusou em endossar a declaração de Trump de que irá cometer crime contra a humanidade bombardeando sítios históricos iranianos, conforme declaração do chanceler britânico Dominic Raab.

"Temos sido muito claros que os locais culturais são protegidos pelas leis internacionais e esperamos que isso seja respeitado", afirmou Raab, logo após reunião do governo de Londres para analisar a crise no Oriente Médio.

Antes dessa declaração, porta-voz de Downing Street 10 (a sede do governo) já havia afirmado que "você pode consultar as convenções internacionais. Está no documento da Convenção de Haia de 1954 a proteção a bens culturais durante conflitos armados".

Tal proibição também foi reforçada em 2017 por resolução unânime do Conselho de Segurança da ONU condenando a destruição de patrimônio da humanidade na cidade de Palmyra (Síria) e em Mossul (Iraque), crimes de responsabilidade dos terroristas do Estado Islâmico.

ANTONIO PIMENTA

"Com Evo, PIB da Bolívia cresceu 324%", afirma ex-ministro Luis Arce

"De um Produto Interno Bruto de 9 bilhões 574 milhões de dólares em 2005 passamos a um PIB de \$US 40 bilhões 581 milhões em 2018 [incremento de 324%], e para 2019 estimo que estaríamos em mais de 42, 6 bilhões. Ou seja, quase 5 vezes mais que em 2005. Mas não é só isso, a Bolívia liderou o crescimento econômico na região por seis anos como nunca na história econômica do país", afirma Luis Arce Catacora, ministro de Economia e Finanças por duas vezes durante os 14 anos de governo de Evo Morales, no artigo intitulado: "Contas claras e chocolate espesso", publicado no jornal boliviano *El Deber*, no sábado 4, em resposta a afirmações feitas pelo atual ministro do governo golpista que se instalou no país, José Luis Rivero e que tentou desfazer do profícuo trabalho do governo de Evo.

LUIS ARCE*

Durante as últimas semanas, o atual ministro de Economia e Finanças Públicas vem afirmando que no Governo do presidente Evo contou-se com uma grande quantidade de recursos e supostamente em sua opinião -porque é só isso- não teriam sido bem gastos esses recursos e, por tanto, utiliza a palavra "desperdício".

O primeiro elemento que omite essa simples opinião é não avaliar que para "gastar" dinheiro antes têm que serem gerados esses recursos, que é a parte mais difícil em uma economia e que se conseguiu no governo do presidente Evo.

Uma das principais fontes de recursos nesse período foi a proveniente da nacionalização dos hidrocarbonetos, porém não pelos bons preços como quiseram posicionar os formadores de opinião econômicos, mas porque com esta corajosa medida, evitou-se que a renda petroleira saísse ao exterior como ocorria no período neoliberal. Estando o gás em mãos estatais se evitou a fuga de divisas ao exterior e os bolivianos desfrutaram desses recursos com ou sem preços bons. Sendo isso revertido, como normalmente ocorre com políticas neoliberais como as do atual governo de fato, o Estado boliviano (governo nacional, estados e universidades públicas) enfrentariam sérios problemas de recursos como no passado.

A segunda fonte de renda das instituições estatais foram os impostos nacionais e pelo comércio exterior. Estes evidentemente se incrementaram, porém foi porque as arrecadações foram mais eficientes, se ampliou a base tributária, mas sobre tudo se dinamizou a economia, permitindo maiores receitas fiscais que não favoreceram somente ao governo nacional, mas também aos municípios, estados e às universidades públicas. Pelas políticas adotadas por este governo de facto, esta fonte está em perigo com os conseguintes efeitos para as finanças do governo nacional, governos estaduais e universidades públicas.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Evaristo de Moraes e a história da escravidão e da abolição no Brasil

Persiste, após a ditadura de 1964, uma espécie de hiato cultural, que ainda não foi, de todo, fechado.

Há livros e autores que, simplesmente, parecem – ou permanecem – desaparecidos.

O leitor mais jovem já ouviu falar, por exemplo, de “Roteiro da Agonia”, “O Deus Faminto”, “O Rosto de Papel” ou “O Sol Escuro”?

São romances de um escritor chamado Macedo Miranda. Todos merecem leitura (Macedo Miranda, falecido em 1974, escreveu muito mais que isso, mas limitamo-nos, aqui, ao que conhecemos).

Se é assim no romance (ou, como diriam alguns, na “literatura de ficção”, que inclui também o conto e o teatro), pior ainda na historiografia.

Em meio a uma tonelada de livros elevando Pedro II ao império, parecem desaparecidas as obras em sentido oposto, por exemplo, “Quem foi Pedro II: golpeando, de frente, o saudosismo”, de Carlos Sussekind de Mendonça.

Ou as obras de Evaristo de Moraes sobre a escravatura e a Abolição.

O que transcrevemos abaixo é, exatamente, o primeiro capítulo de “A Escravidão Africana no Brasil (Das origens à extinção)”, publicada em 1933 na Coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional.

Evaristo de Moraes (é preciso especificar que se trata do pai, já que Evaristo de Moraes Filho também se tornou notável) foi abolicionista e republicano.

Há muitas coisas impressionantes em sua vida – inclusive a sua copiosa obra. Uma delas é ter-se tornado o maior advogado criminalista do país, sem ser advogado (ou, melhor, sem



ter diploma da profissão).

No Império e na primeira República existia a figura do “rábula” – por exemplo, Luiz Gama era um rábula, um advogado que não tinha diploma.

De 1894 até 1917, portanto, durante 23 anos, Evaristo de Moraes foi o mais bem sucedido defensor no Tribunal do Júri (inclusive em causas que, hoje, parecem discutíveis – e até para ele, na época, já eram: daí a sua consulta a Rui Barbosa sobre se deveria aceitar uma causa, respondida por Rui em “O dever do advogado”).

Porém, é injusto não destacar que ele também defendeu os marinheiros da Revolta da Chibata e líderes operários, como Edgard Leuenroth.

No entanto, somente em 1917, com 45 anos, ele formou-se em advocacia, na antiga Faculdade Teixeira de Freitas (a atual Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense).

Apesar de célebre como criminalista, sua maior obra no campo do Direito foi a contribuição na feitura das leis trabalhistas do governo Getúlio Vargas, após a Revolução de 30. Evaristo de Moraes foi, também,

fundador do Partido Socialista do Brasil (1917), e, depois, do Partido Socialista Brasileiro (1925).

Ele escreveu bastante sobre a escravidão. Por exemplo: “Extinção do Tráfico de Escravos no Brasil – ensaio histórico” (1916); “A Lei do Ventre Livre – ensaio de história parlamentar” (1917); “Branços e Negros, nos Estados Unidos e no Brasil” (1922); “A Campanha Abolicionista” (1924); e, finalmente, “A Escravidão Africana no Brasil – Das origens à extinção” (1933).

Sobre este último, manifestou a esperança de que servisse para “meditação proveitosa de quem queira, com as lições do passado, prevenir os males do futuro”.

Nesse livro, diz ele, “condensei alguns trabalhos anteriores, tendo o intuito de oferecer a visão retrospectiva de um regime social-econômico que atravessou três séculos, findando sob os olhos da geração contemporânea do advento da República”.

“Essa geração”, continua ele, “ainda assistiu às últimas resistências daquele regimen contra os esforços dos seus demolidores. Mas, àquela época, não havia serenidade para bem julgar a lamentável instituição. Dominavam paixões e prevenções, dia a dia exacerbadas pelos atos da intensa reação com que a autoridade pública pretendia evitar o inevitável.”

“Tinha a porfiosa contenda operado, repetidamente, desde 1871, várias cisões no seio dos dois partidos monárquicos, forçando a maioria de um deles a repudiar, quando no poder, o que prometera em celebrado programa.

“Na realidade, sempre que se



O mercado de escravos do Valongo, RJ, 1824 (desenho de Augustus Earle)

tratava do Cativo, desapareciam os rótulos de *liberais* e *conservadores*, surgindo a separação entre os que eram favoráveis e os que eram contrários ao regimen escravocrático. Outrossim, de ano para ano, verificavam-se mutações à vista, que são espantosas a quem não sabia que, em política, os acontecimentos conduzem mais do que são conduzidos...

“Não há, portanto, motivo para

se ficar maravilhado – por exemplo – diante da passagem de *Rodrigo Silva* do ministério presidido pelo *barão de Cotegipe* para o ministério chefiado por *João Alfredo*, aquele reacionariamente escravocrático, este declaradamente abolicionista. Logicamente, não causará pasmo tenha sido *Rodrigo Silva* quem, ministro da Agricultura, haja apresentado à Câmara o projeto da *Lei Aurea*.

“Foi esta uma das mais expres-

sivas lições de coisas políticas, no meio das muitas que deparamos, ao estudar o período decorrente entre as duas datas máximas – 28 de setembro de 1871 [Lei do Ventre Livre] e 13 de maio de 1888.

(...)

“Ah, se fosse dado aos políticos prever como aos astrônomos!”

Abaixo, leitor, o início desta obra de Evaristo de Moraes

(C. L.).

O tráfico

EVARISTO DE MORAES

“Nos séculos XVII e XVIII, nos séculos de Luís XIV e de Voltaire, nas vésperas da Revolução Francesa, e mesmo depois dela, toda a Europa se entrega ao tráfico dos negros”.

Estas palavras de Augustin Cochin exprimem a mais comprovada das verdades¹.

Sem indagar a quem cabe a prioridade do tráfico, se aos portugueses, se aos espanhóis, certo é que, em meado do século XVI, ele já constituía o meio regular de colonização de Portugal e de Espanha, e durante os dois séculos seguintes abasteceu, igualmente, de trabalhadores escravos as colônias inglesas, francesas e holandesas.

Nenhuma potência marítima da Europa pode escapar à observação de Cochin.

Súditos de todas foram traficantes e possuidores de escravos africanos. Costumase carregar sobre Portugal as maiores culpas do tráfico, talvez tendo em consideração que só muito tarde libertamos, no Brasil, os últimos produtos desse comércio, para nós originariamente portugueses².

Mas, há injustiça na apreciação.

Culpas maiores teve a Espanha, não menores teve a Inglaterra, idênticas cabem à Holanda e à França. Durante muitos anos, o tráfico foi a principal fonte de renda da Espanha. Por meio dos seus famosos *asientos*, ela concedia a determinados súditos seus e de outras nações o direito exclusivo de fornecer negros escravos às suas possessões de ultramar. O negócio era de tal monta e tantos lucros granjeava que os soberanos estrangeiros tudo faziam para obter os *asientos*.

Sucessivamente, desde 1517 até 1743, vemos gozando o rendoso monopólio: flamengos, portugueses, espanhóis, franceses e ingleses. Os prazos das concessões foram diferentes, mas a Inglaterra conseguiu, pelo tratado de paz de Utrecht, para seus súditos, o maior de todos, 30 anos (1713). Eram os

asientos beatamente celebrados, em el nombre de la Santísima Trinidad, pela majestade *mui catolica* de Espanha. Em geral, os empresários, com os quais a Espanha tratava, garantiam a transação por meio de grandes empréstimos ou adiantamentos feitos a ela. Os empresários se obrigavam a fornecer certa quantidade de negros, *contados por peças* ou *por toneladas*. Em menos de dois séculos, realizou a Espanha dez contratos dessa espécie, relativos ao transporte de 500.000 escravos, ganhando 50.000.000 de libras. Eis como se prova a importância ligada a tais convenções: – em 1743, como terminasse o prazo da concessão feita à Inglaterra e a Espanha não estivesse disposta a renová-la, quase houve declaração de guerra...³

Pelo lado da França, vemos que, a 27 de agosto de 1701, o seu Rei *très chrétien* (sublinha Cochin) assinava com o *mui catolico* Rei da Espanha um tratado pelo qual o monopólio do tráfico para as colônias espanholas era assegurado à Real Companhia de Guiné, representada por Du Casse. Neste tratado se explica que a companhia francesa se encarrega do tráfico para que traga aos dois monarcas *una loable, pura, mutua y reciproca utilidad*...

Nem a própria Revolução Francesa influiu positivamente na supressão do tráfico; seus princípios de liberalismo não aproveitaram aos míseros africanos. Tanto assim que, nas *Balances du Commerce* de 1789, 1790 e 1791, figuram os negros como gêneros ou mercadorias coloniais. Em 1792, no relatório que apresentou à Convenção acerca do comércio exterior, desculpa-se *Roland* por não poder dar o número exato dos *cultivateurs africains transportés par nos armateurs dans les îles de l’Amérique*.

A mentalidade coletiva da Europa autorizava e sancionava essas negociações relativas a mercadoria humana.

Embora aparecesse um ou

outro escasso protesto, não lograva impressionar as classes dirigentes.

Desde o começo se patenteia inegável cumplicidade ou mansa aquiescência por parte dos sacerdotes cristãos, que só raramente condenaram, em *absoluto*, o tráfico e a escravidão. São sem o menor valor as pretendidas demonstrações do contrário, pois a mostra de piedade pelos escravos e a pregação da bondade dos senhores, no tratamento deles, não exprimem a negação formal do “direito de propriedade do homem sobre o homem”.

Ao contrário, era tal a pressão dos prejuízos [preconceitos] correntes acerca dos povos não cristãos e das necessidades econômicas dos países colonizadores, que mais de um clérigo se fez arauto da escravidão dos negros africanos e houve quem sustentasse que na religião de Jesus não havia palavra decisiva contra tal instituto!⁴

Notável entre os mais notáveis é o exemplo de Las Casas.

Acerca da coparticipação desse ilustre dominicano nos comêços do tráfico para as colônias espanholas muito se tem escrito; em seu favor conhecemos mais de uma defesa; mas, afinal, chegamos à conclusão a que chegara o insuspeito senador do Império e erudito jurista Cândido Mendes de Almeida, na desenvolvida “Introdução” de que fez preceder os *Princípios de Direito Mercantil*, de Silva Lisboa (Visconde de Cairú).

Las Casas, cuja ação junto ao governo central da Espanha e à administração das respectivas colônias, se fizera sentir no primeiro quartel do século XVI, combatendo com ardor a escravidão dos indígenas americanos, não trepidava em aconselhar a introdução de escravos africanos. Certo, Las Casas não foi – como alguns pretenderam – o autor do alvitre; aceitou-o, adotando-o.

Em defesa, ao mesmo tempo, dos indígenas e dos colonos europeus, acudiu, também, em 1661, o preclaro padre Antonio Vieira, dizendo que no Maranhão só haveria *remédio permanente de vida quando entrassem, com força, escravos de Angola*⁵.

A contradição se afigura, à primeira vista, colossal; mas se

apreciarmos o proceder do bispo Las Casas e do padre Antonio Vieira *à luz das ideias do seu tempo*, e se o compararmos com outras manifestações de personalidades igualmente cristãs, veremos que nada tem de extraordinário.

Antes de tudo, cumpre reconhecer, com Cândido Mendes, que “a escravidão dos que não pertenciam à Cristandade e eram inimigos declarados, constituía o direito público da época”. Outrossim, sobrevivera o princípio do Direito Romano, que estabelecia a escravidão dos prisioneiros.

Demais, conforme se deduz das discussões havidas na célebre junta de Burgos (1511), prevalecia o falso suposto de que *todos os africanos traficados já eram escravos em seus países de origem*, e pois, vindo para a América, apenas mudavam de senhores...

Quanto à atitude semelhante de contemporâneos, é digna de relevo a de Cristóvão Colombo. Em cartas escritas de Lisboa, datadas de 1493, propôs ele a introdução, na Espanha, de indígenas americanos, escravizados, e nos dois anos seguintes foram feitas remessas de muitos deles, destinados a serem vendidos em Sevilha, com que se alarmaram os escrúpulos piedosos da Rainha Isabel.

Em 1498 renovou Colombo a proposta.

Não menos significativo é um trecho do testamento de Fernando Cortez, que Alexandre de Humboldt aproveitou no seu *Essai politique sur le royaume de la Nouvelle-Espagne* (T. 11, pag. 44):

– “Sendo duvidoso se, em boa consciência, um cristão pode se servir, como escravos, dos indígenas feitos prisioneiros de guerra e como até o presente este ponto não ficou líquido, ordeno a meu filho *Martinho* e aos meus descendentes, que depois dele venham a possuir meu majorado e meus feudos, tomem todas as possíveis informações sobre o direito que possam legitimamente exercer em relação a tais prisioneiros.”

Além da suposição errônea

do estado de escravidão anterior dos africanos, outros muitos prejuízos tinha criado, na Europa, a falsa consciência em que assentava a legitimidade ou licitude aparente do tráfico. Do lado dos colonos – ávidos de trabalhadores que lhes valorizassem as terras – se deparava, mais uma vez, a verdade da ponderação de *Santo Agostinho*: “*omne quodcumque volumus bonum est*”. Aí reside, segundo um moralista moderno, o princípio de todas as falsas consciências: “*achamos bom o que queremos*”.

Há, por isto mesmo, alterações coletivas da consciência, comuns a todo um povo ou a toda uma época. São derivadas da raça, do meio, do tempo e não do indivíduo (V. *Questions de Morale Pratique*, por Francisque Bouillier, Paris, 1889, páginas 1 a 31).

Sucedem, também, que o interesse econômico de um indivíduo ou de um grupo social (seja uma classe, seja um partido político, seja uma nação) se mascara, frequentemente, com o sofisma humanitário e esse sofisma, à força de ser repetido de má fé, se transforma em argumento aceito, em boa fé, pelo maior número, indo até ao ponto de viciar o juízo coletivo⁶. Nem escapam a essa obra de saturação e infiltração os espíritos mais eminentes.

Exemplifica este fenômeno no tocante à escravidão e ao tráfico – que lhe servia de alicerce – a opinião longamente deduzida, ainda no alvorecer do século XIX, pelo ilustrado Bispo de Elvas, antigo Bispo de Pernambuco, D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, de quem possuímos dois preciosíssimos opúsculos. Um traz no frontispício: “*Analyse sobre a Justiça do commercio do resgate de escravos da Costa d’Africa*”; outro se intitula: – “*Concordância das leis de Portugal e das Bullas Pontificias das quaes umas permitem a escravidão dos pretos d’Africa e outras prohibem a escravidão dos índios do Brasil*”.

Ambos datam de 1808. Em qualquer deles, esforça-se o prelado por demonstrar a legitimidade da escravidão dos Africanos, reproduzindo quase

todos, senão todos, os sofismas que forravam a consciência dos escravocratas, desde meado do século XVI.

Um ano antes, no Parlamento britânico, observava Lord Eldon: “que o tráfico havia sido sancionado por parlamentos em que tinham assentos os juriconsultos mais sábios, os teólogos mais esclarecidos e os homens de Estado mais eminentes”. Por seu turno, o nobre Conde de Westmoreland, falando perante a mesma ilustre assembleia (Câmara dos Lords), protestava contra os presbíteros, os prelados, os metodistas, os pregadores, os jacobinos, *verdadeiros assassinos*, que propugnavam a abolição do tráfico de escravos... Em resumo: ao entrar do “século das luzes”, a consciência pública, na maior parte da América, se acomodava com a vigência do tráfico, embora, de longe em longe, através dos três séculos porque ele se vinha alastrando, tivesse surgido um ou outro gesto de repulsa, perdido no meio da indiferença e do egoísmo circundantes⁷.

NOTAS

1 L’Abolition de L’Esclavage, Paris, 1851, vol. II, pag. 281.

2 Acerca da introdução de escravos africanos no Brasil, desde o século XVI, vide: João Ribeiro, História do Brasil, curso superior, 5ª edição, 1914, pags. 243 a 255; Rocha Pombo, História do Brasil, vol. II, pags. 514 a 534; Nina Rodrigues, Os africanos no Brasil, 1932, pags. 25 a 28.

3 Nina Rodrigues, obra cit., pag. 13.

4 V. João Ribeiro, obra citada, pag. 214.

5 V. Vida do Padre Antonio Vieira, por João Francisco Lisboa, 3ª ed., 1874, pags. 454, 463, 465.

6 Bentham, infelizmente, mais citado do que lido, ponderava: “A maior parte dos que, nas suas opiniões, são dominados por seus interesses, estão provavelmente de boa fé. Tal acontece quando esses interesses os dominam, sem que o percebam”. (Oeuvres, de Jèremie Bentham, ed. de Bruxelles, 1840, T. 3º, pag. 480).

7 De fato, alguns papas, citados por Cochin, fulminaram a escravidão, mas os crentes fizeram ouvidos moucos...